

## CENTRO DE IMAGEM DIAGNÓSTICOS S.A. E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015, DE 2014 E DE 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro de Imagem Diagnósticos S.A. (“Companhia” ou “Grupo”) foi constituído em 5 de agosto de 1992 e possui sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Bernardo Monteiro, 1.472/1.474, bairro Funcionários.

A Companhia e suas controladas tem como objeto social a prestação de serviços de medicina diagnóstica, incluindo: (i) diagnóstico por imagem e métodos gráficos; (ii) medicina nuclear e citologia; (iii) anatomia patológica; e (iv) análises clínicas, diretamente ou utilizando-se de empresas médicas especializadas e laboratórios contratados, assim como outros serviços auxiliares de apoio diagnóstico. A Companhia é controlada pelo Pátria - Brazilian Private Equity Fund III - FIP.

A Companhia e suas controladas atuam também na exploração de atividades relativas a: (i) importação, para uso próprio, de equipamentos médico-hospitalares, conjuntos para diagnósticos e correlatos em geral; (ii) consultoria, assessoria, cursos e palestras na área da saúde, bem como prestação de serviços que visem à promoção da saúde e à gestão de doenças crônicas; (iii) pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico na área da medicina diagnóstica; (iv) elaboração, edição, publicação e distribuição de jornais, livros, revistas, periódicos e outros veículos de comunicação escrita, destinados à divulgação científica ou das atividades compreendidas no âmbito de sua atuação; e (v) outorga e administração de franquia empresarial. A Companhia também pode participar de outras Entidades na qualidade de sócia, cotista ou acionista.

A Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 com 97 unidades, sendo:

<u>Marcas</u>	<u>Estados</u>	<u>Quantidade</u>
Axial	Minas Gerais	19
Grupo CO	Mato Grosso do Sul	6
São Judas Tadeu	Minas Gerais	5
Cedimagem	Minas Gerais - Rio de Janeiro	8
Pró Imagem	São Paulo	3
Sabedotti	Paraná	2
Grupo CSD	Pará	6
CDI	Espírito Santo	3
UMDI	São Paulo	4
Imrad	Minas Gerais	2
Nuclear Medcenter	Minas Gerais	6
Ecoclinica	Paraíba	2
Grupo Gold Imagem	São Paulo	4
Plani	São Paulo	7
CDB	São Paulo	9
RBD	Bahia	11

Operações societárias

Em 2013 e 2014, a Companhia celebrou contratos de compra e venda de ações / cotas, tendo por objeto a aquisição do capital social de empresas de seu ramo de atuação, cuja atividade principal são serviços de análise clínica e serviços de diagnósticos em geral, conforme percentuais descritos no quadro abaixo. Todas as controladas operam no país.

<u>Grupo</u>	<u>Nome da controlada</u>	<u>% de participação</u>	<u>Data do investimento</u>	<u>Contrapartidas transferidas (R\$mil)</u>
CDB	Centro de Diagnóstico Brasil (“CDB”)	100%	14/11/2014	527.000
Nuclear	Nucleminas Medicina Nuclear	100%	28/11/2013	
Nuclear	Científica	100%	28/11/2013	
Nuclear	Nuclear Medcenter	100%	28/11/2013	5.459
CDI	Centro de Diagnóstico por Imagem	100%	11/10/2013	12.067
Pro Imagem	Pró Imagem Exames Complementares (Taubaté)	100%	01/07/2013	
Pro Imagem	Pró Ressonância Ltda. (Taubaté)	100%	01/07/2013	
Pro Imagem	Pró Imagem Ltda. (Pinda)	100%	01/07/2013	
Pro Imagem	Pró R M Diagnósticos Avançados Ltda. (Pinda)	100%	01/07/2013	28.330
Sonograff	Sonograff Vale do Aço Ltda.	100%	16/07/2013	1.401
ECO	Ecoclínica Ltda.	70%	27/05/2013	15.022
UMDI	Unidade Mogiana de Diagnóstico por Imagem S.A.	100%	13/06/2013	56.755
Gold Imagem	Gold Imagem Diagnósticos Médicos	100%	05/03/2013	
Gold Imagem	Imagem Centro de Diagnóstico (Limeira)	100%	05/03/2013	
Gold Imagem	Instituto de Diagnóstico Gold Imagem (Rio Claro)	100%	05/03/2013	
Gold Imagem	Setra Prestação de Serviços Radiológicos	100%	05/03/2013	7.714
SJT	Serviços de Radiologia São Judas Tadeu Ltda.	100%	16/01/2013	15.919

Em 11 de setembro de 2014, a Companhia constituiu a Rede Brasileira de Diagnósticos SPE S.A, que tem como finalidade a concessão administrativa para gestão e operação de serviços de apoio ao diagnóstico por imagem junto à Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (“SESAB”). Suas atividades operacionais foram iniciadas em 28 de maio de 2015.

## 2. ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 2.1. Apresentação das Demonstrações Financeiras

#### (a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, em relação às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas. Para fins de IFRS, esta capitalização somente é permitida nas demonstrações financeiras consolidadas e não nas demonstrações financeiras separadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

(b) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 - Pagamentos Baseados em Ações (equivalente ao CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IAS 17 - Arrendamentos (equivalente ao CPC 06 (R1)) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado na IAS 2 Estoques (equivalente ao CPC 16 (R1)) ou valor em uso na IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente ao CPC 01 (R1)).

Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(d) Apresentação de relatórios por segmentos operacionais

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

(e) Mudanças nas participações do Grupo em controladas existentes

Nas demonstrações financeiras, as mudanças nas participações da companhia em controladas que não resultem em perda do controle da companhia sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da companhia e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando a companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado e é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. Todos os valores reconhecidos anteriormente em “Outros resultados abrangentes” relacionados à controlada são contabilizados como se a companhia tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelas IFRSs aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pela IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou joint venture.

## 2.2. Principais Práticas Contábeis

### a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, detidas diretamente pela Companhia ou indiretamente, por meio de suas controladas.

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As operações entre as empresas controladas da Companhia, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nas operações com controladas, são eliminadas.

### Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos na data de aquisição e devidos aos então acionistas controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Os ativos, passivos de uma controlada são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorre a aquisição.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

### b) Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios, classificados como de vida útil indefinida, é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Conforme orientação do ICPC 09 (R1), o ágio foi classificado no grupo de “Investimentos”, no balanço individual e no consolidado é reclassificado para o grupo de “intangível”.

### c) Contas a receber

Substancialmente representadas por valores a receber de convênios médico-hospitalares e de clientes particulares, incluindo os valores a receber da prestação de serviços ainda não faturados, apurados pelo regime de competência. Tais contas são apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada

suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos créditos, conforme nota explicativa nº 7.

d) Estoques

Os estoques de materiais são avaliados ao custo médio de aquisição ou valor de realização, dos dois o menor, líquidos de provisão para perdas por obsolescência ou lenta movimentação, quando aplicável.

e) Imobilizado

Edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil do Grupo. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, o ágio na aquisição de investimento e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para a identificação de evidências de perdas de valores não recuperáveis “Impairment” ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

f) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo por meio de resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Os principais ativos financeiros mantidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, depósitos judiciais.

#### Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são: (i) considerações contingentes que podem ser pagas pelo adquirente como parte de uma combinação de negócios conforme CPC 15; (ii) mantidos para negociação, (iii) ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
- no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; e
- for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de hedge efetivo.

Ativos financeiros além dos mantidos para negociação e considerações contingentes que podem ser pagas pelo adquirente como parte de uma combinação de negócios, podem ser designados ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria;
- o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos;
- seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento do Grupo, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; e

- fazer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa nº 25.

#### Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, que o Grupo tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

#### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

#### Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no fim de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- dificuldade financeira significativa do emissor ou da contraparte;
- violação de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal;



- probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e
- extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos são avaliados coletivamente, mesmo se não apresentarem evidências de que estão registrados por valor superior ao recuperável quando avaliados de forma individual. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada do Grupo na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após um determinado período médio de dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

### Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros mantidos pela Companhia são: empréstimos, financiamentos, fornecedores e contas a pagar por aquisição de empresas. Esses passivos são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos

que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

O Grupo baixa passivos financeiros somente quando as obrigações do Grupo são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

#### Baixa de ativos financeiros

O Grupo baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para um terceiro. Se o Grupo não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, o Grupo reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro transferido, o Grupo continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela contrapartida recebida.

Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulado que foi reconhecido em “Outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

Na baixa de um ativo financeiro que não seja em sua totalidade (por exemplo, quando o Grupo retém uma opção de recompra de parte de um ativo transferido ou retém participação residual que não resulte na retenção de substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e o Grupo retém o controle), o Grupo aloca o valor contábil anterior do ativo financeiro entre a parte que ele continua a reconhecer devido ao envolvimento contínuo e a parte que ele não mais reconhece, com base no valor justo relativo a essas partes na data da transferência. A diferença entre o valor contábil alocado à parte que não é mais reconhecida, a soma da contrapartida recebida pela parte que não é mais reconhecida e qualquer ganho ou perda acumulado alocado e reconhecido em “Outros resultados abrangentes” é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda acumulado reconhecido em “Outros resultados abrangentes” é alocado entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que não é mais reconhecida com base no valor justo relativo a essas partes.

#### g) Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo possui vários instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo e swaps de taxa de juros e de moedas. A nota explicativa nº 25 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de hedge; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de hedge.

### Derivativos embutidos

Os derivativos embutidos em contratos principais não derivativos são tratados como um derivativo separadamente quando eles atendem às definições de um derivativo, seus riscos e suas características não forem estreitamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

#### h) Garantia de reembolso de contingências

Os passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior valor entre o valor que seria reconhecido de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada, quando cabível, reconhecida de acordo com o CPC 30 (R1).

#### i) Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem como despesa financeira, exceto:

- variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão incluídas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio.

### Arrendamentos mercantis

Arrendamentos mercantis para os quais a Companhia não detém substancialmente os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos no resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do

arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas como “Empréstimos e financiamentos”. Os juros são reconhecidos no resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil estimada do ativo.

j) Custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso.

k) Ajuste a valor presente

São ajustados a seu valor presente com base em taxa efetiva de juros os itens monetários integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo, se relevantes, e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros pré-fixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e (iii) reajustes somente por inflação, sem juros. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, para os períodos apresentados, não identificou transações relevantes sujeitas ao ajuste a valor presente.

l) Concessão

O contrato de concessão é registrado conforme os requerimentos do ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão e OCPC 05 Contratos de Concessão. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance das normas mencionadas, a Companhia atua como prestadora de serviço (serviços de operação), além de construir e melhorar a infraestrutura (serviços de construção e melhoria) usada na prestação do serviço público durante determinado prazo.

A Companhia, ao prestar serviços de construção ou melhoria, tem a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário registrada pelo valor justo no reconhecimento inicial. A Companhia reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras ou melhoria da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo, quando aplicável. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

m) Demais ativos e passivos circulantes

Registrados pelos valores nominais conhecidos ou estimados, atualizados até as datas de encerramento dos exercícios, quando aplicável. Os saldos dos ativos não excedem os seus respectivos valores de realização.

n) Imposto de renda e contribuição social

O regime de tributação adotado pela Companhia é pelo lucro real. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. Determinadas controladas da Companhia optaram pela tributação com base no lucro presumido: alíquota de presunção de 8% para o IRPJ e de 12% para a CSLL.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e sobre prejuízos fiscais. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou se o passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são constituídos quando há expectativa de geração de lucro tributável no futuro.

o) Provisão para riscos legais

Constituída para as causas cujas probabilidades de desembolso de caixa são consideradas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração da Companhia, considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado das causas que os questionem.

p) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida com base nos serviços realizados até a data do balanço. Nas datas de encerramento dos exercícios, os serviços prestados e ainda não faturados são registrados na rubrica “Receita a faturar”, que está incluída no saldo Contas a receber.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

q) Demonstração de valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de controladas, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

r) Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas apresentadas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Companhia julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado, ativo intangível, ágio e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado e do intangível: a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil indefinida, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas adequadas para refletir as vidas úteis dos mesmos.
- (iii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: referidas provisões são constituídas com base no julgamento da Administração e em valores suficientes para cobrir perdas futuras estimadas no recebimento de clientes.
- (iv) Provisões para riscos legais: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas

circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

- (v) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são reconhecidos até o limite dos lucros tributáveis futuros, cuja estimativa realizada pela Administração leva em consideração o histórico de lucros tributáveis, aumento no volume de análise de exames, premissas de mercado tais como taxa de juros, câmbio, crescimento econômico, entre outras. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante de reconhecimento inicial de ágio.
- (vi) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 25 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

s) Lucro (prejuízo) por ação

Básico

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuído aos detentores de ações da controladora pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver.

Diluído

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido ajustado atribuído aos detentores de ações da controladora pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade de ações que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

t) Plano de opções de compra de ações

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações, pelo qual recebe serviços de determinados colaboradores em contrapartida a instrumentos patrimoniais (opções de compra de ações). A Companhia reconhece os custos de remuneração no resultado pelo método linear durante o período de serviço requerido (vesting period), compreendido entre a data de outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção, com um correspondente aumento no patrimônio líquido. Os custos de remuneração são mensurados pelo valor justo na data de outorga das opções de compra de ações e foram estimados com base no modelo de valorização de opções denominado Black & Scholes.

u) Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

i) *Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras intermediárias.*

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2016. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual nem em períodos anteriores.

- IFRS 14 - Contas regulatórias diferidas.
- Modificações à IFRS 11 - Contabilizações de aquisições de participações em operações conjuntas (“Joint Operation”).
- Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo imobilizado, ativo biológico e produto agrícola.
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os métodos aceitos de depreciação e amortização.
- Modificações à IAS 27 - Opção para utilização do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.
- Modificações às IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34 - Ciclos de melhorias anuais 2012-2014.
- Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das demonstrações financeiras.
- Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Aplicação de exceções de consolidação de entidades de investimento.

ii) *Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 30 de junho de 2016.*

A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

- Modificações à IAS 7 - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento (a).
- Modificação à IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas (a).
- IFRS 9 - Instrumentos financeiros (b).
- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre investidor e seu associado ou “Joint Venture” (d).
- IFRS 15 - Receita de contratos com clientes (b).
- IFRS 16 - Arrendamento mercantil (c).
- Modificações à IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações (b).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1º de janeiro de 2017;
- (b) 1º de janeiro de 2018;
- (c) 1º de janeiro de 2019; e
- (d) Data de vigência adiada indefinidamente.



O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRS anteriormente citadas, com data de adoção efetiva em 2018 e 2019, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC e CVM.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2016. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 e IFRS 16 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros e dos arrendamentos operacionais, respectivamente.

### 3. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras intermediárias estão sendo reapresentadas em decorrência de:

3.1. No encerramento das informações trimestrais relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, a Administração da Companhia identificou a necessidade de revisar e reconciliar as despesas com variação cambial contabilizadas em 2015.

Os trabalhos foram concluídos e a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, com a correção dos saldos de 2014, apresentados para fins de comparação.

3.2. Fruto dos trabalhos descritos no item 3.1, foram identificados também reclassificações entre contas de custos e despesas para propiciar melhor comparação.

Os ajustes e reclassificações estão detalhados a seguir:

#### Balanço Patrimonial

	Controladora		
	31/12/2014		
	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
<b>PASSIVOS</b>			
Total dos passivos circulantes	103.852	1.736	105.588
Total dos passivos não circulantes	458.029	8.412	466.441
<b>TOTAL DOS PASSIVOS</b>	<u>561.881</u>	<u>10.148</u>	<u>572.029</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Total do patrimônio líquido	745.932	(10.148)	735.784

Consolidado			
31/12/2014			
	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
PASSIVOS			
Total dos passivos circulantes	183.060	2.431	185.491
Total dos passivos não circulantes	525.076	9.941	535.017
TOTAL DOS PASSIVOS	708.136	12.372	720.508
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	745.932	(10.148)	735.784
Participação dos acionistas não controladores	9.759	(2.224)	7.535
Total do patrimônio líquido	755.691	(12.372)	743.319

Demonstração do resultado do período

Controladora			
31/12/2015			
	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	81.179	-	81.179
Custo dos serviços prestados	(57.444)	8.792	(48.652)
LUCRO BRUTO	23.735	8.792	32.527
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	(9.761)	(8.792)	(18.553)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(618)	-	(618)
Resultado em participação societária	53.928	-	53.928
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	67.284	-	67.284
RESULTADO FINANCEIRO	(95.575)	10.148	(85.427)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(22.915)	10.148	(12.767)

Consolidado			
31/12/2015			
	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	108.738	-	108.738
RESULTADO FINANCEIRO	(114.142)	12.372	(101.770)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(23.801)	12.372	(11.429)

Controladora			
31/12/2014			
	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	8.032	-	8.032
RESULTADO FINANCEIRO	(19.171)	(10.148)	(29.319)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.983	(10.148)	(4.165)

	Consolidado		
	31/12/2014		
	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	29.791	-	29.791
RESULTADO FINANCEIRO	(23.029)	(12.372)	(35.401)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.035	(12.372)	(4.337)

Demonstração do resultado abrangente

	Controladora		
	31/12/2015		
	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	(22.915)	10.148	(12.767)

	Consolidado		
	31/12/2015		
	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	(23.801)	12.372	(11.429)

	Controladora		
	31/12/2014		
	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	5.983	(10.148)	(4.165)

	Consolidado		
	31/12/2014		
	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	8.035	(12.372)	(4.337)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	31/12/2014	
	Controladora	Consolidado
Patrimônio Líquido originalmente apresentado	745.932	755.691
Efeito líquido dos ajustes realizados no resultado do exercício	(10.148)	(12.372)
Patrimônio Líquido reapresentado	735.784	743.319

Demonstração do valor adicionado

	Controladora			Consolidado		
	<u>31/12/2015</u>	<u>Ajustes</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Ajustes</u>	<u>31/12/2015</u>
	(Reapresentado)		(Original)	(Reapresentado)		(Original)
Remuneração de capitais de terceiros	98.130	(10.148)	108.278	146.315	(12.372)	158.687
Remuneração de capitais próprios	(12.767)	10.148	(22.915)	(11.429)	12.372	(23.801)

	Controladora			Consolidado		
	<u>31/12/2014</u>	<u>Ajustes</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Ajustes</u>	<u>31/12/2014</u>
	(Reapresentado)		(Original)	(Reapresentado)		(Original)
Remuneração de capitais de terceiros	38.482	10.148	28.334	61.396	12.372	49.024
Remuneração de capitais próprios	(4.165)	(10.148)	5.983	(4.337)	(12.372)	8.035

4. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Em 2013 e 2014, a Companhia adquiriu as seguintes participações societárias:

O Centro de Diagnósticos Brasil (“CDB”) é uma rede de centros de medicina diagnóstica atuante em diversos pontos da cidade de São Paulo. A rede possui sete unidades atualmente, sendo elas: Marselhesa, Borba Gato, Brasil 350, Brasil 441, Penha, Santana e Tatuapé.

A Nuclear Medcenter está sediada na cidade de Belo Horizonte (MG) sendo que suas filiais são: Científica Tecnogama e a Nucleminas, porém uma na Cidade de Belo Horizonte (MG) e a outra na cidade de Juiz de Fora (MG), respectivamente. O grupo foi fundado em 1980 e atua na área de Medicina Nuclear, especialidade médica que usa quantidades muito pequenas de material radioativo, de forma segura e indolor, para diagnose e/ou tratar doenças.

O Centro de Diagnóstico por Imagem (“CDI”), desde 2006, possui filial em Vila Velha (ES). Em 2001, foi criado o CDI Mulher, como foco nas patologias femininas e no ano seguinte, foi implantado pelo CDI o primeiro curso de Residência Médica em Diagnóstico por Imagem do Espírito Santo, em parceria com a UFES.

O Grupo Taubaté e o Grupo Pindamonhangaba são unidades integrantes do Grupo Pró Imagem, clínicas de diagnósticos por imagem presentes no Vale do Paraíba. Fundado em 1995, na cidade de Pindamonhangaba (SP), por médicos radiologistas, o GRUPO vem oferecendo serviços principalmente para as populações dos municípios de Taubaté, Pindamonhangaba, Campos do Jordão, Tremembé e arredores. Atualmente, conta com duas unidades - uma em Taubaté e outra em Pindamonhangaba -, as quais pertencem, em conjunto a 9 médicos sócios.

A Sonograff, empresa de diagnósticos por imagem foi fundada em 2008, em Ipatinga (MG), onde atende no Bairro das Águas. Oferece serviços de Angioressonância e ultrassonografia.

Fundada em 1990, a Ecoclínica está há mais de 25 anos no mercado de diagnóstico por imagem e atualmente conta com duas unidades em João Pessoa (PB).

A UMDI - Medicina Diagnóstica iniciou suas atividades em 1989, na cidade de Mogi das Cruzes, realizando, na época, apenas exames de Ultrassonografia. Em 2002, a UMDI adquiriu o primeiro equipamento de Ressonância Magnética de campo aberto da região e inaugurou a sua segunda unidade, no parque Monte Líbano, em Mogi das Cruzes. Em 2007, a empresa concluiu

mais uma etapa do seu crescimento e finalizou a construção da sua terceira unidade de Suzano. Esta nova clínica passou a atender toda a população da cidade e também de cidades vizinhas como Poá, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba, Zona Leste de São Paulo e áreas adjacentes.

O Grupo Gold Imagem foi fundado em Rio Claro (SP), em 1993 e, atualmente atende também nas cidades de Araras, Catanduva e Limeira. A empresa oferece serviços de Angio-Ressonância, Biópsias, Desintometria Óssea, Mamografia Digital, Raio X, Ressonância Magnética, Tomografia e Ultrassonografia.

A Setra foi criada em 1996 para atender, principalmente, aos hospitais e instituições da área de saúde, e tem como objetivos a terceirização, parcerias de laudos e assessoria técnica administrativa. A empresa possui três unidades: Araras - SP (Santa Casa Araras, Hospital Pró Saúde), Limeira - SP e Rio Claro - SP (Hospital e Maternidade Santa Casa de Rio Claro).

A Serviços de Radiologia São Judas Tadeu Ltda., foi fundada em maio de 1975 por dois médicos. Em 1993, vieram dois outros sócios, também médicos. Com três unidades na cidade de Ipatinga (MG), a São Judas Tadeu possui equipamentos modernos e amplas instalações, e convênios com diversos planos de saúde, prefeituras e empresas da região.

## Ativos e passivos adquiridos reconhecidos nas datas de aquisição - 2013

	São Judas	Grupo Gold Imagem	Ecoclínica	UMDI	Sonograff	Grupo Pro Imagem	Grupo Nuclear	CDI	Total
Ativo									
Caixa e equivalente de caixa	3.840	325	428	1.363	135	1.650	53	713	8.507
Contas a receber de clientes	268	131	1.534	3.802	133	1.056	422	784	8.130
Estoques	-	4	-	180	-	-	102	-	286
Adiantamentos	-	92	-	-	-	2	88	-	182
Tributos a recuperar	4	76	-	522	10	25	726	144	1.507
Despesas Antecipadas	-	69	-	341	-	-	-	341	751
Outros Créditos	68	219	-	-	-	2.298	5.443	207	8.235
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	52	-	-	-	783	-	-	835
Depósitos Judiciais	-	7	-	-	-	-	-	132	139
Imobilizado	2.565	5.742	8.973	6.295	2.699	5.675	1.488	6.724	40.161
Intangível	-	9	-	52	1	327	37	-	426
Passivo									
Fornecedores	123	195	225	629	86	141	200	686	2.285
Impostos a recolher	77	3	165	-	-	30	8	147	430
Obrigações Trabalhistas	277	375	74	103	32	159	66	136	1.222
Obrigações com terceiros	78	18	137	1.298	48	17	1.706	2.764	6.066
Outros passivos	3.581	-	1	1.964	11	-	75	97	5.729
Provisões	-	8	-	-	-	-	172	403	583
Imposto de renda e contribuição social diferido	351	849	863	753	377	216	272	293	3.974
Empréstimos e financiamentos	675	1.073	1.283	-	1.424	255	5.898	1.171	11.779
Parcelamentos tributários	-	30	-	-	-	1.364	402	2.717	4.513
Ativos líquidos adquiridos	<u>1.583</u>	<u>4.175</u>	<u>8.187</u>	<u>7.808</u>	<u>1.000</u>	<u>9.634</u>	<u>(440)</u>	<u>631</u>	<u>32.578</u>

Ativos e passivos adquiridos reconhecidos na data de aquisição - 2014

	<u>CDB</u>
Ativo	
Caixa e equivalente de caixa	2.075
Contas a receber de clientes	32.026
Adiantamentos	2.758
Outros ativos	4.549
Depósito Judicial	12.270
Imobilizado	52.942
Intangível	44.860
Passivo	
Fornecedores	39.966
Empréstimos e financiamentos	15.704
Obrigações Trabalhistas	5.828
Impostos a pagar	677
Outros passivos	2.970
Imposto de renda e contribuição social diferido	17.933
Provisões	18.460
Ativos líquidos adquiridos	<u>49.942</u>

Participações não controladoras

As participações não controladoras nas datas de aquisição nas demonstrações financeiras consolidadas foram mensuradas com base no valor justo das participações não controladoras.

Ágio apurado nas aquisições

	2013								
	São Judas	Grupo Gold Imagem	Ecoclínica	UMDI	Sonograff	Grupo Pro Imagem	Grupo Nuclear	CDI	Total
Contrapartidas transferidas em caixa e ações	14.419	3.757	15.022	42.255	361	15.903	2.213	12.067	105.997
Contraprestações a transferir (a)	1.500	3.957	-	14.500	1.040	12.477	3.246	-	36.720
Total das contraprestações	15.919	7.714	15.022	56.755	1.401	28.380	5.459	12.067	142.717
Mais: Participações não controladas	-	-	2.456	-	-	-	-	-	2.456
Menos: valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos	(1.583)	(4.175)	(8.187)	(7.808)	(1.000)	(9.635)	437	(631)	(32.582)
Total	14.336	3.539	9.291	48.947	401	18.745	5.896	11.436	112.591

(a) As contraprestações a transferir referem-se à valores a pagar a prazo.

	2014
	CDB
Contrapartidas transferidas em ações	527.000
Contraprestações a transferir	-
Total das contraprestações	527.000
Mais: Participações não controladas	-
Menos: valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos	(49.942)
Total	477.058



Saída de caixa líquida na aquisição das controladas

	<u>São Judas</u>	<u>Grupo Gold Imagem</u>	<u>Ecoclínica</u>	<u>UMDI</u>	<u>Sonograff</u>	<u>Grupo Pro Imagem</u>	<u>Grupo Nuclear</u>	<u>CDI</u>	<u>Total</u>
Contrapartidas transferidas em caixa	5.441	2.214	15.022	27.255	361	12.872	1.545	-	64.710
Menos: Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	<u>(3.840)</u>	<u>(325)</u>	<u>(427)</u>	<u>(1.363)</u>	<u>(135)</u>	<u>(1.650)</u>	<u>(53)</u>	<u>(713)</u>	<u>(8.506)</u>
Efeitos da aquisição apresentados na demonstração dos fluxos de caixa	<u>1.601</u>	<u>1.889</u>	<u>14.595</u>	<u>25.892</u>	<u>226</u>	<u>11.222</u>	<u>1.492</u>	<u>(713)</u>	<u>56.204</u>

2014

CDB

Contrapartidas transferidas em ações

Menos: Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos

-

(2.075)

Efeitos da aquisição apresentados na demonstração dos fluxos de caixa

(2.075)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e bancos	673	6.019	78
Aplicações financeiras	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>39.071</u>
Total	<u>673</u>	<u>6.019</u>	<u>39.149</u>

	Consolidado		
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e bancos	16.659	40.086	10.228
Aplicações financeiras	<u>5.261</u>	<u>2.123</u>	<u>41.746</u>
Total	<u>21.920</u>	<u>42.209</u>	<u>51.974</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e operações compromissadas. Ambas as aplicações são remuneradas, respectivamente: a) em 2015 entre 95% e 98% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI; b) em 2014 entre 98% a 103% do CDI; c) em 2013 entre 99% e 101% do CDI.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Títulos e valores mobiliários	<u>2.763</u>	<u>5.094</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.763</u>	<u>5.094</u>	<u>-</u>
Ativo Circulante	-	5.094	-
Ativo não Circulante	2.763	-	-

	Consolidado		
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Títulos e valores mobiliários	<u>6.435</u>	<u>5.474</u>	<u>-</u>
Total	<u>6.435</u>	<u>5.474</u>	<u>-</u>
Ativo Circulante	3.672	5.474	-
Ativo não Circulante	2.763	-	-

Os certificados de depósitos bancários ("CDB") são entre 93% e 98,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Entretanto, estas aplicações são compromissadas a garantias de contingências e/ou mantidas para cumprimento de obrigações decorrentes das atividades de investimento e financiamento da Companhia, as quais irão ocorrer em período superior a noventa dias.

7. CONTAS A RECEBER

	Controladora		
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Cientes faturados	14.799	12.256	6.261
Receita a faturar (*)	<u>9.317</u>	<u>11.010</u>	<u>15.843</u>
	24.116	23.266	22.104
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.782)</u>	<u>(3.042)</u>	<u>(742)</u>
Total	<u>21.334</u>	<u>20.224</u>	<u>21.362</u>

  

	Consolidado		
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Cientes faturados	107.903	85.435	17.479
Receita a faturar (*)	<u>72.732</u>	<u>50.968</u>	<u>71.145</u>
	180.635	136.403	88.624
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(25.043)</u>	<u>(16.348)</u>	<u>(1.382)</u>
Total	<u>155.592</u>	<u>120.055</u>	<u>87.242</u>

(\*) Nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, os serviços prestados e ainda não faturados são registrados como receita a faturar.

A composição dos valores a receber dos clientes faturados por idade de vencimento é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
A vencer	17.576	17.098	21.089	137.057	88.458	78.702
Vencidos:						
Até 30 dias	2.215	1.557	273	4.512	9.732	8.854
De 31 a 60 dias	2.153	863	169	2.223	3.897	246
De 61 a 90 dias	471	530	124	8.019	2.426	181
De 91 a 180 dias	429	980	207	10.434	7.469	303
Mais de 180 dias	<u>1.272</u>	<u>2.238</u>	<u>242</u>	<u>18.390</u>	<u>24.421</u>	<u>338</u>
Total	<u>24.116</u>	<u>23.266</u>	<u>22.104</u>	<u>180.635</u>	<u>136.403</u>	<u>88.624</u>

A Companhia e suas controladas possuem baixo grau de concentração em suas carteiras de clientes. Em 31 de dezembro de 2015, os 40 maiores clientes totalizam 50,39%.

Devido ao grande número de planos de saúde, pulverização da carteira de clientes, e diferentes graus de coberturas de exames entre os planos, a Companhia incorre em glosas e perdas do saldo de contas a receber. Desta forma, a Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, que segue os seguintes critérios: i) provisão de 50% do saldo em aberto entre 180 e 360 dias e 85% do saldo em aberto acima de 360 dias; ii) provisão de 100% do saldo de clientes que possuem algum tipo de discussão judicial sobre os saldos faturados; iii) provisão de clientes com análise individual de eventos extraordinários que demandem alguma definição especial.

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora			Consolidado		
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo no início do exercício	(3.042)	(742)	(136)	(16.348)	(1.382)	(248)
Adição por incorporação (*)	-	-	-	-	(9.974)	-
Reversões / recebimentos	2.110	-	-	13.871	-	-
Adições	<u>(1.850)</u>	<u>(2.300)</u>	<u>(606)</u>	<u>(22.566)</u>	<u>(4.992)</u>	<u>(1.134)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(2.782)</u>	<u>(3.042)</u>	<u>(742)</u>	<u>(25.043)</u>	<u>(16.348)</u>	<u>(1.382)</u>

(\*) Incorporação da controlada CDB, conforme nota explicativa nº 4.

8. GARANTIA DE REEMBOLSO DE CONTINGÊNCIAS

Os riscos legais da Companhia e de suas controladas são garantidos por cláusulas de responsabilidade estabelecidas em acordo de investimento entre seus acionistas, mediante penhor das ações e/ou ressarcimento de contingências pagas ou assumidas pela Companhia relativas a fatos ocorridos e/ou existentes antes da data de aquisição das controladas.

A movimentação com os respectivos saldos da garantia de reembolso de contingências na controladora é como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo no início do exercício	199.477	18.495	8.007
Adições	5.891	189.761	11.390
Reversões (*)	<u>(51.721)</u>	<u>(8.779)</u>	<u>(902)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>153.647</u>	<u>199.477</u>	<u>18.495</u>

A movimentação com os respectivos saldos da garantia de reembolso de contingências consolidadas é como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo no início do exercício	203.781	18.495	8.007
Adições decorrentes de combinação e negócios	-	19.525	4.021
Adições	7.534	174.539	11.390
Reversões (*)	<u>(53.274)</u>	<u>(8.778)</u>	<u>(4.923)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>158.041</u>	<u>203.781</u>	<u>18.495</u>

(\*) As reversões apresentadas correspondem, substancialmente, a prescrição dos riscos legais identificados.

9. ATIVO FINANCEIRO (CONSOLIDADO)

O ativo financeiro é composto, substancialmente, pela receita de construção e de serviços de melhoria de infraestrutura previstos no contrato de concessão de gestão e operação de serviços de apoio ao diagnóstico por imagem junto à Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (“SESAB”). O ativo é registrado a valor justo na data do seu reconhecimento pela taxa de recomposição de 14,5% ao ano, sendo constituído pela percentagem de evolução física de implantação da infraestrutura.

O atendimento conta com uma central de imagem e 11 unidades hospitalares e teve início em 28 de maio de 2015. O contrato tem validade de 11 anos e 6 meses, podendo este ser alterado, estendido ou reduzido. As benfeitorias realizadas nos hospitais, bem como as máquinas e equipamentos adquiridos durante a concessão, serão de poder do Estado após o término do contrato. Dessa maneira, a tratativa contábil dada a esses itens foi de registro no ativo financeiro.

A remuneração do contrato é feita através da contraprestação anual, correspondente a R\$81.863, que será pago através de 1/12 avos. Anualmente, no mês de maio, a base de cálculo das contraprestações é atualizada com base em três índices distintos (IPCA, a Convenção Médica e a Convenção de Imagem).

A movimentação do ativo financeiro é apresentada a seguir:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldo inicial	7.380	-
Adições	8.586	7.160
Atualização monetária	1.144	220
Baixa por recebimento	<u>(1.050)</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>16.060</u>	<u>7.380</u>
Ativo circulante	2.806	1.241
Ativo não circulante	13.254	6.139

10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS (CONTROLADORA)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Investimentos	368.788	289.302	109.624
Mais valia na aquisição de investimentos	39.705	41.157	8.211
Ágio na aquisição de investimentos	<u>586.983</u>	<u>586.983</u>	<u>135.853</u>
Total	<u>995.476</u>	<u>917.442</u>	<u>253.688</u>
Provisão para perdas em controladas (*)	(5.603)	(8.596)	(521)

(\*) Refere-se aos investimentos que estão com patrimônio líquido negativo.

Composição dos investimentos

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
	Participação direta - %	Participação direta - %	Participação direta - %
Controladas diretas:			
Mastoclínica	100	100	100
Núcleo de Imagem	100	100	100
Núcleo de Diagnóstico	100	100	98,16
Centro de Imagens	100	100	100
Veneza Diagnóstico	100	100	100
Centro Cláudio Ramos	100	100	100
DI Imagem Diagnóstico	100	100	100
DI Imagem Centro	100	100	100
DI Imagem Ultrassonografia	100	100	100
DI Imagem Raio X	100	100	100
Plani Diagnósticos	100	100	100
Dourados	100	100	100
Conesul	100	100	100
Sonimed Nuclear	100	100	-
Cintimed	100	100	-
SOM Diagnósticos	90	90	88
Nuclear Diagnóstico	80	100	80
RM Diagnóstico - Resende	100	100	100
RM Diagnóstico - Lafaiete	100	100	100
Sonimed	100	100	100
Unic	100	100	99
Ideal	90	90	90
Clínica Sabedotti	100	100	100
Alto São Francisco	63	60	60
IMRAD	100	100	100
Pará De Minas	100	51	100
Sete Lagoas	99	100	94
Gold Imagem Diagnósticos	100	100	-
Imagem Centro	100	100	32
Instituto de Diagnósticos Gold Imagem	100	100	-
Setra Prestação de Serviços	100	100	19
Araras	73	69	51
São Judas Tadeu	100	100	91
Sonograff Vale do Aço	100	100	100
PRO Imagem Ltda	100	100	100
PRO RM Diagnosticos Avançados	100	100	12,05
PRO Imagem Exames Complem.	100	100	9,08
PRO Ressonância	100	100	12,6
Ecoclinica S/S	70	70	-
UMDI	100	100	32
Nuclear Medcenter	100	100	12,35
Científica Tecnogama	100	100	12,35
Nucleminas Medicina Nuclear	100	100	-
CDI Vitória	100	100	100
CDI Vila Velha	100	100	100
Rio Claro Medicina Diagnostica Ltda.	75	75	75
Itaguaí Diagnósticos	97	75	75
Montes Claros Medicina Diagnostica Ltda	51	51	51
Três Rios Imagem Diagnóstica Ltda	76	70	-
Rede Brasileira de Diagnostico	50	50	-
TKS - Sistemas Hospitalares	100	100	-
SIT - Sistemas Hospitalares	100	100	-

Composição do ágio na aquisição de investimentos

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ágios:			
Sonimed	3.748	3.748	4.153
Unic	1.386	1.386	1.637
Dourados	1.478	1.478	1.541
SOM Diagnósticos	5.475	5.475	4.961
RM Diagnóstico - Resende	1.497	1.497	1.599
RM Diagnóstico - Lafaiete	1.081	1.081	1.155
Clínica Sabedotti	2.536	2.536	2.623
Ideal	283	283	304
IMRAD	2.374	2.374	2.569
Sonimed Nuclear	546	546	1.777
Cintimed	232	232	676
São Judas Tadeu	12.202	12.202	13.914
Grupo Gold	3.161	3.161	2.815
UMDI	37.035	37.035	49.449
Pró Imagem	13.460	13.460	18.734
Grupo Nuclear	3.591	3.591	5.544
Grupo CDI	11.210	11.210	11.210
Ecoclínica	6.660	6.660	5.972
Grupo CDB	476.559	476.559	-
Imagem Centro	2.339	2.339	2.339
Outros	<u>130</u>	<u>130</u>	<u>2.881</u>
Total	<u>586.983</u>	<u>586.983</u>	<u>135.853</u>

A movimentação dos investimentos e da mais valia é como segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo no início do exercício	330.459	117.835	109.875
Aquisição de investimentos	-	49.942	4.563
Aumento de capital e adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	66.759	87.811	-
Dividendos recebidos	(24.410)	(12.613)	(31.167)
Resultado de equivalência patrimonial	53.928	40.584	34.916
Perda por dividendos desproporcionais	(17.282)	(5.240)	-
Acervo líquido parcialmente cindido (i)	-	52.792	-
Outros	<u>(961)</u>	<u>(652)</u>	<u>(352)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>408.493</u>	<u>330.459</u>	<u>117.835</u>

(i) Em 2014, foi efetuada cisão da controlada Mastoclínica, em que parte do acervo líquido foi incorporado de forma reversa pelas controladas. Com isso, houve uma redução do investimento com o consequente aumento do ágio, líquido dos efeitos de imposto de renda diferidos reconhecidos.

A movimentação do ágio em investimentos é como segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo no início do exercício	586.983	135.853	25.597
Adição pela aquisição de controladas	-	476.559	110.256
Transferência para ativo fiscal diferido	-	<u>(25.429)</u>	-
Saldo no fim do exercício	<u>586.983</u>	<u>586.983</u>	<u>135.853</u>

## Principais saldos das controladas:

	31.12.2015															
	Grupo Axial	Grupo CO (e)	Grupo Plani (f)	Grupo Cedimagem (d)	Sabedotti	Grupo CSD (g)	Imrad	São Judas	Grupo Gold (h)	Ecoclinica	UMDI	Grupo PRO (a)	Grupo Nuclear (b)	PPP Bahia	Grupo CDI (c)	Grupo CDB
Ativo																
Circulante	8.346	16.978	21.575	17.199	5.430	20.107	4.229	2.958	5.746	4.697	10.852	7.727	5.637	12.751	10.978	70.694
Não circulante	19.114	34.573	58.401	51.789	12.140	26.473	7.876	6.817	17.031	6.094	30.317	21.262	4.184	14.684	20.917	80.691
Passivo e patrimônio líquido																
Circulante	2.466	8.274	10.025	8.955	2.593	7.279	1.318	2.339	4.232	1.355	6.415	5.834	3.090	5.919	5.912	51.687
Não circulante	5.477	7.488	12.572	8.195	523	5.417	254	1.040	7.700	548	3.589	1.533	1.531	2.208	5.558	44.897
Patrimônio líquido	19.517	35.789	57.379	51.838	14.454	33.884	10.533	6.396	10.845	8.888	31.165	21.622	5.200	19.308	20.425	54.801
Demonstração do resultado																
Receita	12.840	38.262	46.586	49.206	12.855	34.766	5.643	13.111	13.312	8.500	25.843	13.279	9.437	23.025	20.151	291.669
Lucro (prejuízo) do exercício	3.678	7.232	6.993	10.796	1.679	4.109	(1.180)	2.260	1.117	(645)	(883)	2.733	(1.092)	1.431	1.414	13.400

- (a) Pró Imagem, Pró R.M. Diagnóstico, Pró Imagem Exames, Pró Exames.
- (b) Nuclear Medcenter, Científica e Nucleminas.
- (c) CDI Vitória e CDI Vila Velha.
- (d) Centro Cláudio Ramos, CID, Núcleo de Diagnóstico, Núcleo de Imagem, Veneza Diagnóstico, RM Diagnóstico - Lafaiete e RM Diagnóstico - Resende.
- (e) DI Imagem Centro, DI Imagem Diagnóstico, DI Imagem Raio X, DI Imagem Ultrassonografia, Conesul, Dourados, Unic, Sonimed, Sonimed Nuclear e Cintimed.
- (f) Plani Diagnóstico, Plani Ressonância, Plani Jacaref; Araras e Caraguatatuba.
- (g) SOM Diagnósticos, Nuclear e Censo.
- (h) Imagem Centro, Instituto de Diagnóstico, Setra e Gold Imagem Diagnósticos.



Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas

31.12.2014																
	Grupo Axial	Grupo CO (e)	Grupo Plani (f)	Grupo Cedimagem (d)	Sabedotti	Grupo CSD (g)	Imrad	São Judas	Grupo Gold (h)	Ecoclinica	UMDI	Grupo PRO (a)	Grupo Nuclear (b)	PPP Bahia	Grupo CDI (c)	Grupo CDB
<u>Ativo</u>																
Circulante	5.595	17.806	20.240	24.649	4.930	21.773	3.426	3.833	6.127	5.767	5.502	5.015	3.600	3.998	5.839	63.586
Não circulante	16.655	28.200	52.545	37.649	13.058	27.227	8.444	5.887	15.168	7.865	31.040	20.751	3.681	-	10.497	60.935
<u>Passivo e patrimônio líquido</u>																
Circulante	615	6.607	6.750	8.914	2.475	9.089	1.449	1.134	8.540	1.394	4.357	3.851	2.743	80	1.643	57.911
Não circulante	6.721	6.533	11.694	7.659	712	8.142	1.476	1.394	1.521	732	4.183	1.078	1.189	-	5.583	13.389
Patrimônio líquido	14.914	32.866	54.341	45.725	14.801	31.769	8.945	7.192	11.234	11.506	28.002	20.837	3.349	3.918	9.110	53.221
<u>Demonstração do resultado</u>																
Receita	9.748	36.493	39.871	43.965	13.029	32.782	6.870	13.347	12.359	11.693	25.160	13.186	9.182	-	19.038	33.675
Lucro (prejuízo) do exercício	2.395	7.135	6.011	9.333	1.710	5.499	(860)	3.186	2.285	1.589	(18)	1.516	277	(82)	1.953	707

31.12.2013														
	Grupo Axial	Grupo CO(e)	Grupo Plani (f)	Grupo Cedimagem(d)	Sabedotti	Grupo CSD (g)	Imrad	São Judas	Grupo Gold (h)	Ecoclinica	UMDI	Grupo PRO (a)	Grupo Nuclear (b)	Grupo CDI (c)
<u>Ativo</u>														
Circulante	1.529	15.107	9.225	16.052	2.247	19.708	3.031	1.574	2.833	3.972	5.379	1.951	3.292	642
Não circulante	108.435	31.595	37.399	27.760	14.208	27.900	5.184	1.857	3.959	7.914	8.362	8.563	4.964	375
<u>Passivo e patrimônio líquido</u>														
Circulante	14.231	6.998	5.703	10.732	332	13.068	1.410	982	2.092	483	4.064	434	1.903	1.497
Não circulante	34.870	10.646	8.049	4.457	1.434	6.598	1.960	1.080	678	955	1.464	220	5.876	97
Patrimônio líquido	60.863	29.058	32.872	28.623	14.690	27.942	4.845	1.369	4.023	10.448	8.213	9.860	477	-577
<u>Demonstração do resultado</u>														
Receita	5.452	32.643	30.719	37.637	11.401	26.309	7.867	10.593	9.899	8.040	12.725	7.138	1.565	6.284
Lucro (prejuízo) do exercício	(1.416)	6.509	1.246	8.977	1.060	5.661	440	2.247	1.810	1.011	2.363	1.856	688	1.588

- (a) Pró Imagem (CID 10,19% e Mastoclínica 89,81%), Pró R.M. Diagnóstico (CID 12,05% e Mastoclínica 87,95%), Pró Imagem Exames (CID 9,08% e Mastoclínica 90,92%), Pró Exames (CID 12,60% e Mastoclínica 87,40%).
- (b) Nuclear Medcenter (CID 12,30% e Mastoclínica 87,70%), Científica (CID 12,30% e Mastoclínica 87,70%) e Nucleminas (CID 0% e Mastoclínica 100%).
- (c) CDI Vitória (CID 99,99% e Mastoclínica 0%) e CDI Vila Velha (CID 99,99% e Mastoclínica 0%).
- (d) Centro Cláudio Ramos, CID, Núcleo de Diagnóstico, Núcleo de Imagem, Veneza Diagnóstico, RM Diagnóstico - Lafaiete e RM Diagnóstico - Resende.
- (e) DI Imagem Centro, DI Imagem Diagnóstico, DI Imagem Raio X, DI Imagem Ultrassonografia, Conesul, Dourados, Unic, Sonimed, Sonimed Nuclear e Cintimed.
- (f) Plani Diagnóstico, Plani Ressonância, Plani Jacareí, Araras e Caraguatatuba.
- (g) SOM Diagnósticos, Nuclear e Censo.
- (h) Imagem Centro, Instituto de Diagnóstico, Setra e Gold Imagem Diagnósticos.

## 11. IMOBILIZADO

A composição do ativo imobilizado é como segue:

	Controladora					
	31/12/2015				31/12/2014	31/12/2013
	Taxa anual de deprecia- ção - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado:						
Instalações	10	626	(550)	76	135	158
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	20.285	(1.747)	18.538	14.067	7.453
Máquinas e equipamentos	8,16	97.665	(41.834)	55.831	58.321	46.740
Equipamentos de informática	20	5.933	(4.581)	1.352	1.404	3.380
Móveis e utensílios	10	2.375	(1.041)	1.334	927	911
Veículos	20	106	(58)	48	48	20
Adiantamentos a fornecedores	-	11.916	-	11.916	3.282	-
Total		138.906	(49.811)	89.095	78.184	58.662

	Consolidado					
	31/12/2015			31/12/2014	31/12/2013	
	Taxa anual de deprecia- ção - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado:						
Máquinas e equipamentos	8,16	464.768	(186.106)	278.662	258.127	157.143
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	94.170	(6.936)	87.234	55.523	28.451
Equipamentos de informática	20	27.461	(14.562)	12.899	13.546	13.467
Móveis e utensílios	10	24.885	(9.391)	15.494	14.948	13.546
Veículos	20	-	-	-	552	648
Instalações	10	6.946	(2.470)	4.476	4.812	2.638
Obras em andamento	-	11.916	-	11.916	3.282	3.282
Outros		927	(397)	530	585	624
Total		631.073	(219.862)	411.211	351.375	219.799

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios de 2015, 2014 e de 2013 é como segue:

Controladora					
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Depreciações	Saldo em 31/12/2015
Benfeitorias em imóveis de terceiros	14.067	6.292	(1.213)	(608)	18.538
Máquinas e equipamentos	58.321	6.369	(4.568)	(4.291)	55.831
Móveis e utensílios	927	614	-	(207)	1.334
Equipamento de informática	1.404	764	-	(816)	1.352
Instalações	135	-	-	(59)	76
Veículos	48	-	-	-	48
Adiantamento a fornecedores	3.282	8.634	-	-	11.916
Total	78.184	22.673	(5.781)	(5.981)	89.095

Controladora					
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciações	Saldo em 31/12/2014
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7.453	6.816	-	(202)	14.067
Máquinas e equipamentos	46.740	17.106	(164)	(5.361)	58.321
Móveis e utensílios	911	194	-	(178)	927
Equipamento de informática	3.380	422	-	(2.398)	1.404
Instalações	158	40	-	(63)	135
Veículos	20	33	-	(5)	48
Adiantamento a fornecedores	-	3.282	-	-	3.282
Total	58.662	27.893	(164)	(8.207)	78.184

Controladora					
	Saldo em 01/01/2013	Adições	Baixas	Depreciações	Saldo em 31/12/2013
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.777	2.901	-	(225)	7.453
Máquinas e equipamentos	38.545	14.849	(74)	(6.580)	46.740
Móveis e utensílios	440	575	-	(104)	911
Equipamento de informática	1.979	915	-	486	3.380
Instalações	214	-	-	(56)	158
Veículos	25	-	-	(5)	20
Total	45.980	19.240	(74)	(6.484)	58.662

Consolidado					
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Depreciações	Saldo em 31/12/2015
Benfeitorias em imóveis de terceiros	55.523	34.393	-	(2.682)	87.234
Máquinas e equipamentos	258.127	59.300	(14.238)	(24.527)	278.662
Móveis e utensílios	14.948	2.509	-	(1.963)	15.494
Equipamento de informática	13.546	2.864	-	(3.511)	12.899
Instalações	4.812	166	-	(502)	4.476
Veículos	552	-	(306)	(246)	-
Obras em Andamento	3.282	8.634	-	-	11.916
Outros	585	-	-	(55)	530
Total	351.375	107.866	(14.544)	(33.486)	411.211

	Consolidado					Saldo em 31/12/2014
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciações	Adição por combinação de negócios	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	28.451	27.518	-	(446)	-	55.523
Máquinas e equipamentos	157.143	63.424	(1.804)	(32.341)	71.705	258.127
Móveis e utensílios	13.546	1.833	-	(431)	-	14.948
Equipamento de informática	13.467	2.338	-	(2.259)	-	13.546
Instalações	2.638	2.638	-	(464)	-	4.812
Veículos	648	44	-	(140)	-	552
Obras em Andamento	3.282	-	-	-	-	3.282
Outros	624	-	-	(39)	-	585
<b>Total</b>	<b>219.799</b>	<b>97.795</b>	<b>(1.804)</b>	<b>(36.120)</b>	<b>71.705</b>	<b>351.375</b>

	Consolidado					Saldo em 31/12/2013
	Saldo em 01/01/2013	Adições	Baixas	Depreciações	Adição por combinação de negócios	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	15.370	14.356	-	(1.275)	-	28.451
Máquinas e equipamentos	101.284	37.522	(849)	(20.975)	40.161	157.143
Móveis e utensílios	10.167	4.353	-	(974)	-	13.546
Equipamento de informática	11.786	4.011	-	(2.330)	-	13.467
Instalações	3.024	3	-	(389)	-	2.638
Veículos	667	137	-	(156)	-	648
Obras em Andamento	1.656	1.626	-	-	-	3.282
Outros	662	-	-	(38)	-	624
<b>Total</b>	<b>144.616</b>	<b>62.008</b>	<b>(849)</b>	<b>(26.137)</b>	<b>40.161</b>	<b>219.799</b>

Em 31 de dezembro de 2015, de 2014 e de 2013, a Companhia e suas controladas revisaram a vida útil dos seus ativos e concluíram que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com as suas operações e refletem adequadamente a vida útil econômica desses ativos.

Em 31 de dezembro de 2015, a Administração fez a revisão do valor recuperável das unidades geradoras de caixa que possuem ágio, ativos intangíveis com vida útil indefinida e/ou apresentaram prejuízo líquido no resultado do exercício e concluiu que não havia necessidade de ajustes provenientes de desvalorização conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), conforme descrito na nota explicativa nº 12. Para as demais unidades geradoras de caixa, a Companhia concluiu que não há indicação de que seus ativos pode ter sofrido desvalorização, uma vez que não foi identificado fatores indicativos de perdas.

As principais adições estão relacionadas às imobilizações em andamento relativas à implantação de novas unidades. Posteriormente, após a conclusão das obras, os valores serão transferidos para a conta de benfeitorias em imóveis de terceiros e começarão a sofrer depreciação.

#### Ativos cedidos em garantia

A Companhia e suas controladas possuem parte de seus ativos imobilizados dados em garantia em empréstimos e financiamentos, financiamentos e arrendamentos financeiros. Foram cedidas as máquinas e equipamentos do Grupo com valor contábil de aproximadamente R\$102.474 (R\$83.425 em 2014 e R\$37.190 em 2013).

12. INTANGÍVEL

A composição do intangível é como segue:

	Taxa amortização	Controladora		
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Direito de uso - software	20%	714	56	-
Intangível em andamento (a)		3.463	-	-
Outros		<u>352</u>	<u>-</u>	<u>36</u>
Total		<u>4.529</u>	<u>56</u>	<u>36</u>

	Taxa amortização	Consolidado		
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Ágio na aquisição de empresas		586.983	586.983	135.853
Direito de uso - software	20%	2.598	312	475
Intangível em andamento (a)		5.944	-	-
Marcas (b)		44.860	44.860	-
Outros		<u>352</u>	<u>840</u>	<u>712</u>
Total		<u>640.737</u>	<u>632.995</u>	<u>137.040</u>

(a) O saldo é composto, substancialmente, por investimentos na substituição dos atuais sistemas de produção e de ERP. A conclusão das substituições está prevista para o exercício de 2016.

(b) Refere-se à aquisição da CDB.

A movimentação do ativo intangível nos exercícios de 2015, 2014 e 2013 é como segue:

	Controladora			
	Saldo Líquido em	Adições	Baixas	Amortização
	31/12/2014			
Direito de uso Software	56	692	-	(34)
Intangível em andamento	-	3.463	-	-
Outros	-	352	-	-
Total	<u>56</u>	<u>4.507</u>	<u>-</u>	<u>(34)</u>

	Controladora		
	Saldo Líquido em	Adições	Baixas
	31/12/2013		
Direito de uso Software	-	56	-
Outros	36	-	(36)
Total	<u>36</u>	<u>56</u>	<u>(36)</u>

	Consolidado				Saldo Líquido em 31/12/2015
	Saldo Líquido em 31/12/2014	Adições	Baixas	Amortização	
Ágio na aquisição de empresas	586.983	-	-	-	586.983
Direito de uso software	312	3.661	-	(1.375)	2.598
Intangível em andamento	-	5.944	-	-	5.944
Outros	840	352	-	(840)	352
Marcas	44.860	-	-	-	44.860
Total	632.995	9.957	-	(2.215)	640.737

	Consolidado					Saldo Líquido em 31/12/2014
	Saldo Líquido em 31/12/2013	Adições	Baixas	Amortização	Adição por combinação de negócios	
Ágio na aquisição de empresas	135.853	-	-	-	451.130	586.983
Direito de uso software	475	299	-	(462)	-	312
Outros	712	128	-	-	-	840
Marcas	-	-	-	-	44.860	44.860
Total	137.040	427	-	(462)	495.990	632.995

	Consolidado				Saldo Líquido em 31/12/2013
	Saldo Líquido em 01/01/2013	Adições	Amortização	Adição por combinação de negócios	
Ágio na aquisição de empresas	23.262	-	-	112.591	135.853
Direito de uso de software	-	235	(186)	426	475
Outros	-	712	-	-	712
Total	23.262	947	(186)	113.017	137.040

#### Alocação do Ágio às Unidades Geradoras de Caixa

Em 31 de dezembro de 2015, os ágios e as marcas foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) e não foi identificada necessidade de ajustes aos valores dos ágios e marcas.

O teste de *impairment* foi realizado de acordo com a norma contábil CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e os valores do ágio por expectativa de rentabilidade futura (“*goodwill*”) foram alocados por unidade, assim como os ativos intangíveis com vida útil indefinida também foram divulgados por unidade.

A metodologia utilizada para os cálculos de *impairment* foi a de fluxo de caixa descontado. Os testes consistem na análise da rentabilidade dos investimentos, avaliando os resultados apurados das investidas e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela administração da Companhia.

Na elaboração dos testes do valor recuperável dos ativos da Companhia, foram consideradas premissas de crescimento de receita específicas por empresas de acordo com a realidade de demanda dos seus mercados e taxas de ocupação da capacidade instalada em cada equipamento. Essas premissas de crescimento de receita de 2016 foram projetadas para os anos de 2017 a 2026 embasadas por outras iniciativas presentes no plano de negócios, considerando: serviços de análises clínicas nas unidades com oferta exclusiva de serviços de diagnóstico por imagem; ii) credenciamentos de novos convênios e de novos serviços com os convênios existentes; e iii) aumento do volume de exames realizados por novos equipamentos instalados nos últimos anos que ainda estão maturando.

Com base na avaliação do mercado de cada unidade geradora de caixa, bem como a expectativa da implementação dos planos citados acima, foram utilizadas as seguintes premissas para o cálculo do teste de *impairment*:

%	CDB	SJT	UMDI	Pro Imagem	CDI	Demais unidades
Crescimento da receita	6,1	4,6	8	7	9	6,1
Margem EBTIDA	17,8 a 24,6	18,5 a 21,7	18,2 a 29,4	28,8 a 36,5	27,1 a 41,1	
Margem líquida	10,2 a 14,8	5,8 a 9,8	9,2 a 22,4	24,4 a 32,7	12,7 a 30,9	

A Companhia entende que, mesmo estando inseridas no mesmo segmento de negócio, as empresas podem apresentar performances distintas devido às suas características individuais, tais como: estágio de maturação do parque de equipamentos, ambiente competitivo, participação de mercado, mix de exames, custo de mão de obra em cada região e diferenças em outros custos gerais (aluguel, energia elétrica, entre outros).

Em relação aos custos fixos e despesas, foi considerado um crescimento com base na taxa de inflação para os próximos anos de 5,27% ao ano. Uma vez que a maior parte dos contratos de aluguel, fornecedores, serviços de manutenção e serviços de terceiros são reajustados de acordo com índices de inflação, essa premissa reflete a realidade do crescimento de custos da empresa.

Desta forma, a Companhia entende que as unidades submetidas ao teste de *impairment* terão melhoria de sua rentabilidade para os próximos anos, combinando as ações de aumento de receita e diluição de custos.

A taxa de desconto utilizada foi calculada com base na taxa livre de risco, risco país, risco de ações e o beta desalavancado do setor. Também é levada em consideração a estrutura de capital atual da Companhia e sua evolução ao longo do período em questão, bem como a alocação tributária de cada parcela do capital, próprio e de terceiros. A taxa calculada foi de 14% e foi a mesma utilizada para todas as unidades geradoras de caixa.

O período de tempo utilizado para a elaboração do fluxo de caixa foi de 10 anos uma vez que este é o período utilizado pela Companhia para sua modelagem financeira e consequentes projeções de longo prazo, adicionado um valor de perpetuidade com crescimento médio de 6% ao ano (taxa nominal) para todas as unidades geradoras de caixa.

Em conformidade com os requerimentos do CPC 01 (R1), a Companhia apresenta abaixo eventuais impactos decorrentes de mudanças nas premissas chave utilizadas pela Administração na elaboração do teste de *impairment*:

- acréscimo de 1,0 ponto percentual na taxa de desconto do fluxo de caixa resultaria em perda no valor recuperável dos ativos de R\$6.901.
- decréscimo de 1,0 ponto percentual na taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa resultaria em perda no valor recuperável de R\$933.
- decréscimo de 1,0 ponto percentual na taxa de crescimento da receita do fluxo de caixa resultaria em perda no valor recuperável de R\$12.700.
- acréscimo de 1,0 ponto percentual na taxa de inflação do fluxo de caixa resultaria em perda no valor recuperável de R\$7.600.
- o efeito combinado de todos as sensibilidades acima resultaria em perda no valor recuperável de R\$36.084, cenário considerado remoto pela administração.

### 13. FORNECEDORES

Composto substancialmente por alugueis, fornecedores de materiais para exames, material de informática, máquinas e equipamentos, serviços, materiais de consumo e obras de infraestrutura. Os prazos médios de pagamentos dos fornecedores são de 26 dias.

### 14. SALÁRIOS, OBRIGAÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Controladora		
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Salários a pagar	1.171	75	68
INSS a recolher	1.206	1.180	1.009
FGTS a recolher	251	251	272
Provisão para bônus	2.275	1.931	2.298
Provisão para férias	1.647	1.519	1.350
Outros	<u>511</u>	<u>816</u>	<u>968</u>
Total	<u>7.061</u>	<u>5.772</u>	<u>5.965</u>

	Consolidado		
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Salários a pagar	5.902	7.131	3.040
INSS a recolher	7.268	3.819	1.272
FGTS a recolher	1.834	1.145	1.802
Provisão para bônus	2.605	2.240	3.051
Provisão para férias	9.186	5.360	5.176
Outros	<u>1.414</u>	<u>2.865</u>	<u>3.301</u>
Total	<u>28.209</u>	<u>22.560</u>	<u>17.642</u>



15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<u>Moeda nacional</u>			
Leasing de máquinas e equipamentos	560	3.024	1.418
Capital de giro	110.592	133.048	77.560
FINAME	6.903	6.907	-
(-) Custo de captação	<u>(573)</u>	<u>(441)</u>	<u>(720)</u>
Total	<u>117.482</u>	<u>142.538</u>	<u>78.258</u>
<u>Moeda estrangeira USD</u>			
Capital de giro	296.026	142.733	38.452
Leasing de máquinas e equipamentos	1.754	3.808	371
(-) Custo de captação	<u>(2.071)</u>	<u>(2.153)</u>	<u>(2.178)</u>
Total	<u>295.709</u>	<u>144.388</u>	<u>36.645</u>
Circulante	64.918	74.364	17.668
Não circulante	348.273	212.562	97.235
	Consolidado		
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<u>Moeda nacional</u>			
Leasing de máquinas e equipamentos	5.515	13.380	12.861
Capital de giro	120.140	138.423	92.596
FINAME	28.364	20.792	2.227
(-) Custo de captação	<u>(732)</u>	<u>(640)</u>	<u>(1.145)</u>
Total	<u>153.287</u>	<u>171.955</u>	<u>106.539</u>
<u>Moeda estrangeira USD</u>			
Capital de giro	296.026	144.957	38.452
Leasing de máquinas e equipamentos	18.099	15.476	2.699
(-) Custo de captação	<u>(1.968)</u>	<u>(2.020)</u>	<u>(1.766)</u>
	<u>312.157</u>	<u>158.413</u>	<u>39.385</u>
Circulante	79.654	90.702	43.687
Não circulante	385.790	239.666	102.237

Resumo das principais características:

As principais características dos empréstimos e financiamentos são como segue:

Modalidade	Vencimento	Indexador	Taxa Contratual
Capital de Giro (i)	Semestral 03/13 a 09/21	US\$	2,35% a.a
Capital de Giro (ii)	Semestral 08/13 a 05/20	US\$ + Líbor	3,50% a.a
Capital de Giro (iii)	Semestral 12/13 a 06/20	CDI	2,30% a.a
Capital de Giro (iv)	Semestral 09/14 a 09/17	CDI	13,65% a.a
Capital de Giro (v)	Semestral 12/14 a 05/18	CDI	14,78% a.a
Capital de Giro (vi)	Trimestral 09/14 a 11/17	CDI	2,09% a.a
Capital de Giro (vii)	Semestral 03/15 a 2/18	CDI	2,93% a.a.
Capital de Giro (viii)	Trimestral 09/15 a 9/18	CDI	2,80% a.a.
Capital de Giro (ix)	Semestral 09/15 a 3/19	CDI	3,50% a.a.
Capital de Giro (x)	Trimestral 11/15 a 10/18	CDI	3,66% a.a.
FINAME (xi)	Mensal 02/14 a 01/19	-	3,50% a.a

- (i) Contrato de financiamento concedido pelo KFW Banking Group (Alemanha), com linha de US\$22.547 mil. Até 31 de dezembro de 2015, a Companhia utilizou US\$17.103 mil do montante total disponibilizado. O período de amortização é de nove anos, em parcelas semestrais, a partir de 21 de agosto de 2012. Os recursos são destinados, exclusivamente, ao financiamento de 85% do valor dos equipamentos de diagnóstico por imagem adquiridos da Siemens Ltda.. O financiamento tem como garantia os próprios equipamentos.
- (ii) Empréstimo concedido pelo IFC International Finance Corporation (EUA), no valor total de US\$10.000 mil. O período de amortização é de oito anos, em parcelas semestrais. Os recursos são destinados à aquisição de outras empresas do setor, ao crescimento orgânico da Companhia e à aquisição de equipamentos de diagnóstico por imagem. O empréstimo tem como garantia o penhor de cotas de empresas controladas.
- (iii) Empréstimo concedido pelo IFC International Finance Corporation (EUA), no valor total de R\$94.080, sendo uma tranche de R\$46.320 que tem como indexador CDI acrescido de 2,30% a.a e outra tranche de R\$47.760 que tem como indexador CDI acrescido de 2,65% a.a. O período de amortização é de nove anos, em parcelas semestrais. Os recursos são destinados à aquisição de outras empresas do setor, ao crescimento orgânico da Companhia e à aquisição de equipamentos de diagnóstico por imagem. O empréstimo tem como garantia o penhor de cotas de empresas controladas.
- (iv) Empréstimo concedido pelo Banco ABC Brasil no valor total de US\$4.132 mil. A Companhia contratou swap no valor fixo de R\$10.132, com a taxa de juros pré-fixada em 13,65% a.a.. O período de amortização é de quatro anos, em parcelas semestrais. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (v) Empréstimo concedido pelo Banco ABC Brasil no valor total de US\$5.910 mil. A Companhia contratou swap no valor fixo de R\$15.300, com a taxa de juros pré-fixada em 14,78% a.a.. O período de amortização é de quatro anos, em parcelas semestrais. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (vi) Empréstimo concedido pelo Banco Santander no valor total de US\$19.569 mil. A Companhia contratou swap no valor fixo de R\$43.764, com a taxa de juros pré-fixada em CDI, acrescidos de 2,09% a.a.. O período de amortização é de três anos, em parcelas trimestrais. Os recursos são destinados para capital de giro.

- (vii) Empréstimo concedido pelo Banco Santander no valor total de US\$15.586 mil. A Companhia contratou swap no valor fixo de R\$48.583, com a taxa de juros pré-fixada em CDI, acrescidos de 2,93% a.a.. O período de amortização é de três anos, em parcelas semestrais. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (viii) Empréstimo concedido pelo Banco Votorantim no valor total de R\$10.000, e tem como indexador CDI acrescido de 2,80% a.a.. O período de amortização é de três anos, em parcelas trimestrais. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (ix) Empréstimo concedido pelo Banco Itaú no valor total de US\$10.723 mil. A Companhia contratou swap no valor de R\$40.777, com a taxa de juros pré-fixada em CDI, acrescidos de 3,50% a.a.. O período de amortização é de quatro anos, em parcelas semestrais. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (x) Empréstimo concedido pelo Banco Santander no valor total de US\$5.249 mil. A Companhia contratou swap no valor fixo de R\$19.958, com a taxa de juros pré-fixada em CDI, acrescidos de 3,66% a.a.. O período de amortização é de três anos, em parcelas trimestrais. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (xi) Contrato de financiamento FINAME concedido pelo BNDES, por meio do Banco Itaú, para a compra de equipamentos de diagnóstico por imagem. A linha de crédito total concedida é de R\$12.597 e, até 31 de dezembro de 2015, foi captado R\$9.105. O financiamento tem como garantia a alienação fiduciária em favor do agente financeiro.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui *covenants* financeiros, os quais foram atendidos.

A composição dos empréstimos e financiamentos por vencimento em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
1 ano	64.918	74.364	17.668	81.862	90.702	43.687
2 anos	127.937	45.884	3.546	136.008	55.513	5.686
3 anos	99.582	57.391	19.720	105.928	64.582	23.276
4 anos	74.893	33.635	16.320	78.492	42.104	19.263
Após 4 anos	<u>45.861</u>	<u>75.652</u>	<u>57.649</u>	<u>63.154</u>	<u>77.467</u>	<u>54.012</u>
Total	<u>413.191</u>	<u>286.926</u>	<u>114.903</u>	<u>465.444</u>	<u>330.368</u>	<u>145.924</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício de 2015, 2014 e 2013 é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo no início do exercício	286.926	114.903	4.980	330.368	145.924	25.266
Captações líquidas	135.035	188.980	111.847	150.411	194.847	118.501
Adições por controladas adquiridas (*)	-	-	-	-	15.142	11.779
Pagamento de principal	(82.109)	(32.518)	(2.417)	(95.699)	(41.369)	(10.115)
Pagamentos de encargos financeiros (**)	(39.007)	(13.068)	(1.557)	(45.153)	(15.692)	(3.371)
Encargos financeiros	48.584	14.155	2.050	55.311	14.335	3.864
Variação cambial	<u>63.762</u>	<u>14.474</u>	-	<u>70.206</u>	<u>17.181</u>	-
Saldo no fim do exercício	<u>413.191</u>	<u>286.926</u>	<u>114.903</u>	<u>465.444</u>	<u>330.368</u>	<u>145.924</u>

(\*) Em 2014, refere-se à aquisição da controlada CDB.

(\*\*) Conforme parágrafo 33 do CPC 03 (R2), a Companhia entende que os juros pagos na sua atividade são melhor apresentados na atividade de financiamento.

Para informações sobre a exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 25.

### Bônus de subscrição

Em 31 de março de 2013, no âmbito da captação do financiamento mencionada acima, foi emitido em favor do IFC um bônus de subscrição, com as seguintes principais características:

- (a) Valor nominal global (Reais): O preço de emissão do Bônus de Subscrição n.1 é o equivalente em reais a US\$ 1.000,00 (mil Dólares Norte-Americanos).
- (b) Conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações da Companhia (i) condições e (ii) efeitos sobre o capital social: Observadas as condições previstas no Bônus de Subscrição n.1, o titular poderá exercer o direito de subscrever as Ações do Bônus durante o Período de Exercício em caso de um Evento de Conversão (conforme abaixo definido), mediante entrega à Companhia de Notificação de Exercício (conforme abaixo definido), observado que: (i) com relação a uma troca de controle da Companhia, a Companhia deverá entregar ao titular uma Comunicação de Evento de Conversão (conforme abaixo definido) com, no mínimo, 35 (trinta e cinco) dias de antecedência da respectiva Data de Fechamento (conforme abaixo definido), observado que, caso uma segunda comunicação de transferência seja entregue ao titular na forma da Cláusula 4.03(f) do Contrato (conforme abaixo definido), a Companhia deverá entregar uma nova Comunicação de Evento de Conversão ao titular, de modo que o titular tenha tempo suficiente para decidir exercer ou não seu direito de subscrever as Ações do Bônus anteriormente ou concomitantemente à ocorrência de tal Evento de Conversão; e [(ii) com relação a uma [oferta pública de distribuição de ações da Companhia], a Companhia deverá entregar uma Comunicação de Evento de Conversão ao titular no mínimo 10 (dez) dias antes da liquidação financeira de tal Oferta.]. O titular (e seus eventuais sucessores e os cessionários) terá o direito de subscrever, e a Companhia terá a obrigação de emitir, a quantidade de ações ordinárias e/ou preferenciais, nominativas e sem valor nominal da Companhia, com direitos idênticos aos direitos das ações ordinárias e/ou preferenciais existentes na Data de Subscrição (conforme abaixo definido), sendo certo que caso o capital da Companhia seja representado por mais de uma espécie e/ou classe de ação, tais ações serão da mesma espécie e/ou classe das ações da Companhia existentes na Data de Subscrição, devendo ser para tanto emitidas na mesma proporção de ações ordinárias e ações preferencias da Companhia, bem como na mesma proporção das diferentes classes de ações da Companhia, conforme existente na Data de Subscrição (tais ações, as "Ações do Bônus"). Nas hipóteses acima previstas, o direito de subscrição previsto no Bônus de Subscrição n.1 só poderá ser exercido de forma integral de uma só vez pelo titular. O número de Ações do Bônus a serem emitidas em caso de exercício do direito de subscrição conferido pelo Bônus de Subscrição n.1 será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$A = B / C$ , onde:

"A" significa o número de Ações do Bônus a serem emitidas em tal ocasião (o "Número de Ações do Bônus");

"B" significa o correspondente Valor de Conversão (conforme abaixo definido) indicado pelo titular na respectiva Notificação de Exercício (conforme abaixo definido), a ser aplicado no pagamento do preço de emissão do Número de Ações do Bônus na respectiva Data de Subscrição; e

"C" significa o Preço de Emissão por Ação (conforme abaixo definido).

O Valor de Conversão será pago pelo titular à Companhia na respectiva Data de Subscrição, por meio da conversão de tal montante em investimento externo direto no capital da Companhia.

#### Arrendamento mercantil financeiro

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas apresentavam contratos de arrendamento mercantil no valor total a pagar de R\$6.882 (R\$15.317 em 2014 e R\$13.695 em 2013).

Os valores relacionados aos arrendamentos mercantis financeiros referem-se, substancialmente, a equipamentos de análise diagnóstica, que possuem prazos de vencimento de 4 a 5 anos, com cláusulas de opção de compra ao final do contrato.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Menos de 1 ano	5.059	9.454
Mais de 1 ano e menos de 4 anos	3.800	11.058
Mais de 4 anos	<u>56</u>	<u>1.303</u>
Valor bruto dos contratos de arrendamento financeiro	<u>8.915</u>	<u>21.815</u>
Circulante	5.059	9.454
Não circulante	3.856	12.361

#### 16. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS

A Companhia e suas controladas, com base na Lei Federal nº 11.941, de 27 de maio de 2009, formalizou a opção pelo programa de parcelamento instituído pela referida legislação. Dessa forma, todos os débitos tributários e previdenciários, levantados pela Companhia e por seus assessores, foram incluídos neste programa. Sobre os valores foram aplicados os percentuais de redução para parcelamento em 180 parcelas.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto sobre serviços - ISS (a)	4.202	1.912	1.824
Receita federal (IR, PIS, Cofins, CSLL) (b)	2.877	3.103	4.841
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	668	1.420	827
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	<u>686</u>	<u>917</u>	<u>907</u>
Total	<u>8.433</u>	<u>7.352</u>	<u>8.399</u>
Circulante	1.256	1.719	711
Não circulante	7.177	5.633	7.688

- (a) A controlada Centro de Diagnóstico por Imagem Ltda., até o exercício de 2007 recolhia o ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - aplicando a alíquota de 5% sobre a sua receita. Contudo por entender que a alíquota a ser recolhida deveria ser de 2%, suspendeu os pagamentos a partir de 2008 e ingressou com ação judicial contra a Prefeitura de Vitória pleiteando o reenquadramento da alíquota para 2%. Em 20 de maio de 2010, a Prefeitura Municipal de Vitória/ES publicou a Lei 7.398 instituindo o Programa Extraordinário de Parcelamento e Regras Para Equacionar os litígios de Sociedade Uniprofissional - PexP -. Tal dispositivo além de reduzir a alíquota do ISS para 2% sobre o faturamento, também instituiu o parcelamento dos débitos pendentes de recolhimento decorrentes da suspensão de pagamento durante o período da discussão judicial, sendo que tais débitos foram parcelados em 240 parcelas mensais.

A Lei Complementar 548, de 02 de julho de 2014 da Prefeitura de São José dos Campos/SP, instituiu o Programa de Pagamento Incentivado - PPI - para os débitos tributários inscritos em dívida ativa, com ou sem cobrança judicial, com previsão para pagamento a vista ou parcelado, com redução de juros e multa moratória. Considerando a vantagem do PPI, a Controlada Plani Diagnósticos Médicos Ltda., optou pelo pagamento de débitos de ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - não pagos e inscritos em dívida ativa. O Parcelamento deferido em agosto de 2014, o qual será quitado em 100 parcelas mensais.

- (b) A Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, instituiu o programa de refinanciamento fiscal - REFIS - para pagamento à vista ou parcelado de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. Segundo esse programa, poderiam ser pagas ou parceladas as dívidas vencidas até 30 de novembro de 2008, consolidadas pelo sujeito passivo, com exigibilidade suspensa ou não, inscritas ou não em dívida ativa, consideradas isoladamente, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento. Considerando os termos e vantagens oferecidos por este programa de anistia fiscal, em novembro de 2009, a controlada Plani Diagnósticos Médicos Ltda., optou pelo parcelamento de débitos de IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e COFINS. Parcelamento este deferido pela Receita Federal em junho de 2011, o qual será quitado em 180 prestações atualizadas pela SELIC.

A movimentação consolidada dos parcelamentos de impostos nos exercícios de 2015, 2014 e 2013 é como segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo no início do exercício	7.352	8.399	5.441
Adições	2.552	-	3.240
Amortizações	(1.979)	(1.975)	(425)
Encargos financeiros	<u>508</u>	<u>928</u>	<u>143</u>
Saldo no fim do exercício	<u>8.433</u>	<u>7.352</u>	<u>8.399</u>

## 17. CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÃO DE EMPRESAS

	<u>Controladora</u>		
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Controladas adquiridas:			
Nuclear	2.039	1.803	1.532
Sonimed	1.360	1.204	-
Unic	2.041	1.806	-
Clínica Sabedotti	3.467	3.068	-
Cintmed	334	296	-
Sonimed Nuclear	645	571	-
Alto do São Francisco	-	-	1.757
IMRAD	1.066	943	-
Araras	-	-	699
Sete Lagoas Diagnóstico	-	-	4.623
São Judas Tadeu	1.992	1.763	-
Gold Imagem Diagnósticos	160	237	-
Imagem Centro de Diagnósticos	1.584	2.354	-
Instituto de Diagnósticos (Rio Claro)	713	1.059	-
Setra Prest.Serviços	382	567	-
Sonograff	818	950	-
Nuclear Medcenter	3.719	4.101	-
UMDI	6.492	17.460	-
Pró - Imagem	6.998	7.154	-
Outras	-	-	68
Total	<u>33.810</u>	<u>45.336</u>	<u>8.679</u>
Circulante	4.354	7.998	1.230
Não circulante	29.456	37.338	7.449

	Consolidado		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Controladas adquiridas:			
Nuclear	2.039	1.803	1.532
Sonimed	1.360	1.204	1.104
Unic	2.041	1.806	1.656
Clínica Sabedotti	3.467	3.068	4.814
Cintmed	334	296	271
Sonimed Nuclear	645	571	524
Alto do São Francisco	-	-	1.757
IMRAD	1.066	943	1.937
Araras	-	-	699
São Judas Tadeu	1.992	1.763	1.616
Gold Imagem Diagnósticos	160	237	-
Imagem Centro de Diagnósticos	1.584	2.354	2.343
Instituto de Diagnósticos (Rio Claro)	713	1.059	-
Setra Prest.Serviços	382	567	-
Sonograff	818	950	1.458
Nuclear Medcenter	3.719	4.101	6.204
UMDI	6.492	17.460	14.739
Pró - Imagem	6.998	7.876	13.038
Outras	-	-	913
Total	<u>33.810</u>	<u>46.058</u>	<u>54.605</u>
Circulante	4.354	7.998	11.486
Não circulante	29.456	38.060	43.119

As contas a pagar por aquisições de empresas contemplam garantias previstas nos Contratos de Compra e Venda decorrentes de retenções de parcelas do valor a pagar. Sobre os valores incidem encargos financeiros com base na variação das taxas do CDI ou SELIC.

As movimentações das contas a pagar por aquisição de empresas nos exercícios de 2015, 2014 e 2013 é como segue:

	Controladora		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Saldo no início do exercício	45.336	8.679	4.919
Adição proveniente de incorporação	-	37.496	5.322
Pagamento do principal	(3.003)	(2.023)	(1.715)
Pagamento de encargos financeiros	(680)	(181)	-
Reversão de parcela variável (i)	(12.961)	-	-
Encargos financeiros	<u>5.118</u>	<u>1.365</u>	<u>153</u>
Saldo no fim do exercício	<u>33.810</u>	<u>45.336</u>	<u>8.679</u>

	Consolidado		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Saldo no início do exercício	46.058	54.605	15.792
Adição proveniente de incorporação	-	-	91.372
Pagamento do principal	(3.003)	(12.569)	(56.973)
Pagamento de encargos financeiros	(680)	(809)	-
Reversão de parcela variável (i)	(12.961)	-	-
Encargos financeiros	<u>4.396</u>	<u>4.831</u>	<u>4.414</u>
Saldo no fim do exercício	<u>33.810</u>	<u>46.058</u>	<u>54.605</u>



- (i) Em 2015, a Companhia reverteu R\$12.961, correspondente à parcela condicional e variável atrelada a metas de produção da investida UMDI. Como as metas não foram alcançadas no período de elegibilidade, a baixa da obrigação foi realizada e reconhecida no resultado.

A composição das contas a pagar por aquisição de empresas por vencimento em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
1 ano	4.354	7.998	-	4.354	7.998	16.199
2 anos	11.252	4.845	-	11.252	4.845	7.840
3 anos	7.119	9.957	-	7.119	10.679	4.375
4 anos	11.085	6.299	1.757	11.085	6.299	11.130
Após 4 anos	-	<u>16.237</u>	<u>6.922</u>	-	<u>16.237</u>	<u>15.061</u>
Total	<u>33.810</u>	<u>45.336</u>	<u>8.679</u>	<u>33.810</u>	<u>46.058</u>	<u>54.605</u>

## 18. PROVISÃO PARA RISCOS LEGAIS

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, são partes em processos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível em diversas instâncias, tendo a Administração adotado como procedimento a constituição de provisão com base na opinião de seus assessores jurídicos na análise das demandas judiciais pendentes.

Em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 o saldo da rubrica “Provisão para riscos legais”, considerado suficiente pela Administração para a cobertura de prováveis desembolsos de caixa nos processos em andamento, é composto como segue:

	Controladora		
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Trabalhistas e previdenciários (a)	123.700	163.378	4.364
Tributários (b)	30.202	36.633	10.200
Civil	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>3.986</u>
Total	<u>153.905</u>	<u>200.011</u>	<u>18.550</u>

	Consolidado		
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Trabalhistas e previdenciários (a)	132.812	171.729	5.075
Tributários (b)	45.500	52.076	10.200
Civil	<u>258</u>	<u>394</u>	<u>3.986</u>
Total	<u>178.570</u>	<u>224.199</u>	<u>19.261</u>

- (a) Provisões trabalhistas constituídas tendo por base a análise individual das ações, dos pedidos constantes em cada uma das reclamações, bem como uma análise jurisprudencial atualizada das causas, e referem-se, substancialmente, aos riscos de futuras lides relativas a interpretação da legislação trabalhista quanto à existência de vínculo empregatício decorrente de relações trabalhistas identificadas durante combinações de negócios ocorridas em períodos anteriores.

O risco estimado se refere substancialmente à controlada TKS, que representa R\$120.810 em dezembro de 2015 (R\$159.808 em dezembro de 2014, ano em que a empresa foi adquirida).

Os riscos legais da Companhia e de suas controladas são garantidos por cláusulas de responsabilidade estabelecidas em acordo de investimento entre seus acionistas, as quais preveem o ressarcimento de contingências pagas ou assumidas pela Companhia relativas a fatos ocorridos e/ou existentes antes da data de aquisição das controladas. Mais detalhes vide Nota Explicativa nº 8.

- (b) As provisões para riscos de natureza tributária referem-se principalmente aos riscos de futuras lides com o fisco referente à discussões e interpretações da legislação tributária vigente, nas esferas administrativa e judicial, decorrentes substancialmente, na controladora, de combinações de negócios ocorridas em períodos anteriores, vide nota explicativa nº8. O risco estimado se refere substancialmente à controlada TKS, cujo risco de descaracterização como SCP representa R\$24.835 em dezembro de 2015 (R\$29.902 em dezembro de 2014). Parte substancial da provisão para riscos tributário no passivo é representada pela contrapartida da Garantia de Reembolso de Contingências de natureza tributária apresentada no ativo.

No consolidado, a Companhia discute judicialmente a apuração e o pagamento do ISS como empresa uni profissional, em vez de ter tributado a receita de prestação de serviços para o período de maio de 2005 a abril de 2010. Este processo é previsto no inciso II do art. 15 da lei n. 13.701/2003, cujo valor do risco atualizado é de aproximadamente R\$10.694, com valor de depósito judicial de mesmo valor.

A movimentação da provisão para riscos é como segue:

	Controladora		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Saldo no início do exercício	200.011	18.550	8.007
Adições	204	507	55
Adições contra a garantia de reembolso de contingências	292	189.761	11.335
Reversões (*)	(52.201)	(8.826)	(847)
Encargos financeiros	5.599	19	-
Saldo no fim do exercício	<u>153.905</u>	<u>200.011</u>	<u>18.550</u>

	Consolidado		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Saldo no início do exercício	224.199	19.261	12.631
Adições	1.117	1.613	1.010
Adições decorrentes de combinações de negócios	-	19.525	-
Adições contra a garantia de reembolso de contingências	1.935	194.063	11.390
Reversões contra a garantia de reembolso de contingências (*)	(53.274)	(8.778)	(4.923)
Reversões	(1.006)	(1.504)	(847)
Encargos financeiros	<u>5.599</u>	<u>19</u>	<u>-</u>
Saldo no fim do exercício	<u>178.570</u>	<u>224.199</u>	<u>19.261</u>

(\*) Os riscos legais da Companhia e de suas controladas são garantidos por cláusulas de responsabilidade estabelecidas em acordo de investimento entre seus acionistas, as quais preveem o ressarcimento de contingências pagas ou assumidas pela Companhia relativas a fatos ocorridos e/ou existentes antes da data de aquisição das controladas. As reversões apresentadas correspondem, substancialmente, as contingências não materializadas que prescreveram durante o exercício, uma vez que o fato gerador do risco ocorreu há mais de cinco anos. Nos períodos comparativos findos em 2015, 2014 e 2013, o saldo da Garantia de reembolso de contingências na controladora é de, respectivamente, R\$153.647, R\$199.477, R\$18.495 (R\$158.041, R\$203.781, R\$18.495 no consolidado), conforme nota explicativa nº 8.

Os processos cujo risco de perda é possível referem-se a:

#### Tributários

A Companhia e suas controladas são partes em processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Conforme a análise dos assessores jurídicos, foi considerado como perda possível em causas tributárias no montante de R\$58.444 em 31 de dezembro de 2015, para os quais a Companhia possui garantias no montante de R\$58.415, conforme contrato de compra e venda de suas subsidiárias (R\$48.369 de causas tributárias e R\$48.350 de garantia em 31 de dezembro de 2014 e R\$38.290 de causas tributárias e R\$38.271 de garantias em 31 de dezembro de 2013).

#### Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em processos cíveis. Conforme a análise dos assessores jurídicos, foi considerado como perda possível no montante de R\$3.406 em 31 de dezembro de 2015 nos quais a companhia possui garantia de R\$1.143 conforme contrato de compra e venda de suas subsidiárias (R\$2.195 de causas cíveis e R\$693 de garantia em 31 de dezembro de 2014 e R\$1.497 de causas cíveis e R\$902 de garantia em 31 de dezembro de 2013).

#### Trabalhistas

Os processos trabalhistas cujo risco de perda é possível referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços, de horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação da legislação trabalhista quanto à existência de vínculo

empregatício. O risco em 31 de dezembro de 2015 o montante é de R\$18.442, para os quais a companhia tem a garantia R\$15.960 conforme contrato de compra de venda de suas subsidiárias (R\$12.296 de causas trabalhistas e R\$9.443 de garantia em 31 de dezembro de 2014 e R\$8.295 de causas trabalhistas e R\$6.891 de garantia em 31 de dezembro de 2013).

Os riscos trabalhistas classificados como possível incluem dois processos relacionados a contratos com empresas médicas para a prestação de serviços nas áreas de diagnósticos por imagem, no qual se discute o reconhecimento do vínculo empregatício. A Companhia entende que a prática por ela adotada de contratação de empresas médicas é regular e de acordo com a legislação vigente, havendo inclusive, jurisprudência favorável à contratação de pessoas jurídicas nessa modalidade. Os valores estimados da contingência passiva relacionadas a esses processos é de R\$6.261.

### Depósitos Judiciais

Em 31 de dezembro de 2015, há R\$381 na controladora e R\$15.149 no consolidado de depósitos judiciais para fazer frente aos processos em andamento (R\$894 na controladora e R\$14.990 no consolidado em 31 de dezembro de 2014 e R\$795 na controladora e R\$2.987 no consolidado em 31 de dezembro de 2013).

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2015 é de R\$299.249, dos quais R\$1.201 estão ainda pendentes de integralização (R\$273.552 e R\$218.231 em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, respectivamente), distribuído da seguinte forma:

	Quantidade de ações		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Ações ordinárias	46.883.107	46.031.005	25.784.716
Ações preferenciais - Classe A	44.594.244	45.751.057	25.504.767
Ações preferenciais - Classe B	257.805	246.526	246.526
	<u>91.735.156</u>	<u>92.028.588</u>	<u>51.536.009</u>

### Aumentos de capital

Em 10 de outubro de 2013, foi aprovado o aumento de capital social em R\$7.000, com a utilização das reservas de lucros.

Durante o exercício de 2013, houve aumentos de capital decorrentes de combinação de negócios decorrentes de compras de empresas, com troca de ações, de R\$41.047.

No dia 14 de novembro de 2014, houve o aumento do capital social em R\$55.321, em decorrência da troca de ações com os acionistas da CDB, mediante a emissão de 40.492.579 novas ações, nominativas e sem valor nominal, sendo 20.246.289 ações ordinárias e 20.246.290 ações preferenciais classe "A".

No dia 5 de março de 2015, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social em R\$1.697, tendo sido aportado em 2015, o montante de R\$550 e o restante em 2016, passando o mesmo de R\$273.552 para R\$275.249, mediante a emissão de 166.659 novas ações preferencias nominativas classe 'B', emitidas ao preço unitário de R\$10,18, considerado, na fixação do preço de emissão das novas ações da Companhia.

Na reunião do Conselho de Administração do dia 8 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia homologou o aumento de capital de R\$24.000, em conformidade com a deliberação aprovada por esse órgão da Administração em 03 de novembro de 2015, e em vista da verificação da subscrição da totalidade das 1.840.491 novas ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas sem valor nominal; as quais foram, em sua totalidade, tempestivamente integralizados pelos respectivos subscritores.

#### Direitos das ações preferenciais

As ações preferenciais classe "A" têm como vantagem a prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e, direito a voto com restrições. As ações preferencias classe "B" não conferem o direito a voto a seus titulares, mas asseguram como vantagem a prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio. As ações preferencias não dão direito a dividendos fixos ou cumulativos.

#### Ações em tesouraria

No dia 28 de agosto de 2014, por meio de Instrumento Particular de compra e venda, o acionista Evandro Monteiro de Castro Asseff que possuía na data 950.000 ações nominativas, sendo 201.939 ações ordinárias e 748.061 ações preferenciais classe "A", correspondente 1,8467% do capital social total da Companhia, efetua a venda de 25.000 ações ordinárias e 25.000 ações preferenciais classe "A". A Companhia por sua vez efetuou a compra das ações do acionista pelo valor de R\$604, e decidiu mantê-las em tesouraria.

No dia 12 de novembro de 2014, por meio de Instrumento Particular de compra e venda, o acionista Rogério de Aguiar Ferreira que possuía, na data, 1.549.315 ações ordinárias, correspondentes a 3,0147% do capital social total da Companhia, efetua a venda da totalidade de sua Participação Acionária, retirando assim da Companhia. A Companhia por sua vez, efetuou a compra das ações do acionista, e decidiu mantê-las em tesouraria. Pelas ações a Compradora pagará ao vendedor o preço de aquisição, no valor total de R\$20.296, sendo o valor total mantido em ações em tesouraria. O preço da aquisição deverá ser pago da seguinte maneira: o valor de R\$12.728 foi pago pela compradora na data e o saldo remanescente no valor de R\$7.568 será depositado em conta vinculada durante cinco anos, que ficará retido enquanto estiverem em andamento as demandas judiciais.

No dia 17 de março de 2015, foi aprovada pelo Conselho de Administração, sem quaisquer ressalvas ou restrições, a aquisição, pela Companhia de 200.176 ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria.

As ações serão mantidas em tesouraria até futura e oportuna deliberação do órgão competente da Companhia.

b) Reserva de capital

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Instrumentos patrimoniais decorrentes de combinação de negócios (i)	471.680	471.680	-
Ágio (ii)	-	29.973	29.973
Plano de opções em ações (iii)	<u>2.910</u>	<u>1.750</u>	<u>1.500</u>
	<u>474.590</u>	<u>503.403</u>	<u>31.473</u>

- (i) A Companhia adquiriu a integralidade das ações dos acionistas das controladas CDB e da Delfin, transformando-as em subsidiárias integrais, mediante emissão e entrega de ações da Companhia aos ex-sócios destas empresas, acarretando em um aumento de capital social na Companhia.

Desta forma, a Companhia registrou em seu patrimônio líquido, por analogia do artigo 182 da lei 6.404, a diferença entre o valor total das aquisições e o valor atribuído ao capital social, conforme ato societário. O valor registrado corresponde a R\$471.680 atribuíveis a Combinação de negócios da CDB.

- (ii) No dia 18 de dezembro de 2015, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a conversão de 1.115.330 ações ordinárias, 1.1391.964 ações preferencias classe A e 5.288 ações preferenciais classe B de emissão da Companhia em 2.300.582 ações preferenciais classe C criadas neste ato, todas nominativas sem valor nominal, não conversíveis, sem direito de voto e com prioridade de reembolso em caso de liquidação da Companhia. Foi aprovado na mesma ata o resgate e o cancelamento da totalidade das 2.300.582 ações preferenciais classe C de emissão da Companhia, no valor total de R\$30.000 e pelo valor em reais de R\$13,04003953347457 por ação, com base no artigo 170, §1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações. O pagamento da recompra foi concluído em janeiro de 2016.

- (iii) Refere-se aos custos do plano de opções de ações elucidado na nota explicativa nº 30.

c) Reservas de lucros

Conforme definido pelo art. 193 da Lei nº 6.404/76, deverá ser destinado 5% do lucro líquido do exercício desde que não exceda 20% do capital social para constituição da reserva legal em rubrica de mesmo nome. A reserva de lucros constituída em exercícios anteriores foi integralmente absorvida por prejuízos.

d) Dividendos

O Estatuto Social determina que, do lucro líquido apurado em cada exercício, desconsiderada a depreciação e amortização do período, após a dedução dos montantes destinados à formação das reservas, legais ou estatutárias, e o pagamento de todos os tributos e contribuições incidentes sobre esse lucro líquido, 0,1% (zero vírgula um por cento) será distribuído aos acionistas.

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Lucro (prejuízo) do exercício	(12.767)	(4.165)	27.679
(+) Depreciação e amortização	7.467	8.916	7.084
(+) Imposto de renda e contribuição social	-	-	-
(-) Reserva legal	-	(455)	(1.485)
(-) Efeito dos ajustes que não afetam dividendos	<u>(10.148)</u>	<u>10.148</u>	
(=) Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	<u>(15.448)</u>	<u>14.444</u>	<u>33.278</u>
Dividendos obrigatórios	-	17	35
Juros sobre o capital próprio	-	-	6.433
Dividendos adicionais pagos	-	39.016	15.693
Dividendos por ação	-	0,6907	0,4419

## 20. COMPOSIÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Receita bruta de serviços	86.749	77.585	70.852	737.118	419.286	291.917
Receita bruta de construção	-	-	-	8.586	-	-
Deduções:						
Impostos e contribuições	<u>(5.570)</u>	<u>(4.834)</u>	<u>(3.226)</u>	<u>(46.040)</u>	<u>(26.137)</u>	<u>(16.019)</u>
Receita líquida de serviços	<u>81.179</u>	<u>72.751</u>	<u>67.626</u>	<u>699.664</u>	<u>393.149</u>	<u>275.898</u>

## 21. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Com pessoal, salários, encargos sociais e benefícios	(20.393)	(33.524)	(28.522)	(192.225)	(114.459)	(72.963)
Medicamentos e materiais médico-hospitalares	(5.343)	(4.588)	(3.748)	(87.621)	(26.883)	(13.782)
Serviços de terceiros	(1.620)	(2.570)	(2.264)	(26.987)	(12.815)	(11.800)
Honorários médicos	(12.669)	(13.501)	(12.746)	(127.254)	(70.793)	(41.992)
Consultoria e assessoria	(4.745)	(20.756)	(13.306)	(5.384)	(22.541)	(9.935)
Com utilidades - água, energia elétrica e outras	(4.051)	(2.950)	(2.419)	(23.695)	(12.052)	(7.466)
Com manutenção	(2.216)	(7.129)	(5.713)	(32.728)	(30.616)	(15.296)
Depreciação e amortização	(7.467)	(8.916)	(7.084)	(35.701)	(36.582)	(26.323)
Aluguel	(6.879)	(6.709)	(3.549)	(36.565)	(20.135)	(10.929)
Opções de outorgas reconhecidas	(1.160)	(250)	(1.500)	(1.160)	(250)	(1.500)
Outras despesas operacionais	(1.280)	(4.410)	(950)	(21.606)	(16.232)	(33.782)
Total	<u>(67.823)</u>	<u>(105.303)</u>	<u>(81.801)</u>	<u>(590.926)</u>	<u>(363.358)</u>	<u>(245.768)</u>
Custo dos serviços prestados	(48.652)	(56.922)	(47.992)	(422.180)	(259.651)	(166.038)
Despesas gerais e administrativas	(18.553)	(46.447)	(35.446)	(183.152)	(101.308)	(79.508)
Outras despesas, líquidas	(618)	(1.934)	1.637	14.406	(2.399)	(222)
Total	<u>(67.823)</u>	<u>(105.303)</u>	<u>(81.801)</u>	<u>(590.926)</u>	<u>(363.358)</u>	<u>(245.768)</u>

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			Consolidado		
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receitas financeiras:						
Rendimento de aplicações financeiras	749	602	679	1.441	763	1.197
Ganho no instrumento financeiro derivativo	29.320	-	-	29.320	-	-
Outras receitas financeiras	<u>796</u>	<u>465</u>	<u>94</u>	<u>1.731</u>	<u>1.061</u>	<u>3.013</u>
	30.865	1.067	773	32.492	1.824	4.210
Despesas financeiras:						
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	(46.544)	(14.155)	(2.050)	(53.271)	(14.335)	(3.864)
Variação cambial	(63.798)	(14.474)	-	(70.206)	(17.131)	-
Encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de empresa	(5.118)	(1.365)	(153)	(4.396)	(4.831)	(4.414)
Juros de parcelamentos	-	-	-	(508)	(928)	(143)
Outras	<u>(832)</u>	<u>(392)</u>	<u>(7)</u>	<u>(5.881)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>(116.292)</u>	<u>(30.386)</u>	<u>(2.210)</u>	<u>(134.262)</u>	<u>(37.225)</u>	<u>(8.421)</u>
Total	<u>(85.427)</u>	<u>(29.319)</u>	<u>(1.437)</u>	<u>(101.770)</u>	<u>(35.401)</u>	<u>(4.211)</u>

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIALReconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	(18.143)	(21.287)	19.304
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de crédito (despesa) de imposto de renda	6.169	7.238	(6.563)
Diferenças permanentes:			
Equivalência patrimonial	18.336	13.799	11.871
Perda por dividendos desproporcionais	(5.876)	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	2.187
Outros	<u>(13.253)</u>	<u>(3.915)</u>	<u>880</u>
Total de crédito no resultado do exercício	<u>5.376</u>	<u>17.122</u>	<u>8.375</u>



	Consolidado		
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	6.968	(5.610)	25.919
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de crédito (despesa) de imposto de renda	(2.369)	1.907	(8.812)
Diferenças permanentes:			
Perda por dividendos desproporcionais	(5.876)	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	2.187
Amortização do ágio	(6.405)	-	-
Outros	7.409	8.471	15.003
Efeito das empresas enquadradas no lucro presumido	<u>(11.156)</u>	<u>(9.105)</u>	<u>(7.494)</u>
Total de crédito (despesa) no resultado do exercício	<u>(18.397)</u>	<u>1.273</u>	<u>884</u>

#### Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Controladora			Consolidado		
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ágio proveniente de incorporações	56.068	56.068	56.068	52.995	62.845	75.345
Prejuízo fiscal	90.780	74.972	-	91.059	75.239	-
Outras diferenças temporárias	<u>4.993</u>	<u>5.004</u>	<u>29.617</u>	<u>3.540</u>	<u>4.337</u>	<u>23.423</u>
Base de cálculo	151.841	136.044	85.685	147.594	142.421	98.768
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>51.626</u>	<u>46.255</u>	<u>29.133</u>	<u>50.182</u>	<u>48.423</u>	<u>33.581</u>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos em 2015 é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	29.133	33.581
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos constituídos no exercício	17.122	14.842
Saldos em 31 de dezembro de 2014	46.255	48.423
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos constituídos no exercício	5.371	5.375
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre ágio amortizado para fins fiscais	-	<u>(3.616)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>51.626</u>	<u>50.182</u>

A Administração estima que os créditos tributários serão recuperados em até 10 (dez) exercícios, como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2016	-	-
2017	1.975	1.616
2018	2.369	1.939
2019	3.084	2.524
2020 - 2026	<u>44.198</u>	<u>44.103</u>
Total	<u>51.626</u>	<u>50.182</u>

#### 24. PARTES RELACIONADAS

No curso dos negócios da Companhia, os acionistas controladores e as controladas realizam operações financeiras entre si. Essas operações referem-se basicamente a operações de mútuo entre empresas, sobre as quais não incidem encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 e nos exercícios findos naquelas datas, a Companhia apresentou os seguintes saldos e manteve as seguintes transações com partes relacionadas:

## Ativo não circulante (Controladora)

	31/12/2015				31/12/2014			31/12/2013
	Mútuos	Notas de Débito	Outros ativos	Total	Mútuos	Outros ativos	Total	Mútuos
Núcleo de Imagem Diagnósticos	-	2	-	2	279	-	279	-
Ideal Diagnósticos por Imagem	908	-	-	908	15	-	15	-
Pará de Minas Diagnósticos	1.285	1	1.869 (b)	3.155	2.017	1.869 (b)	3.886	-
Sete Lagoas Diagnósticos	684	1	-	685	338	-	338	-
Montes Claros	458	-	-	458	774	-	774	-
DI Imagem Unidade de Raios X	-	-	-	-	-	-	-	-
Som Diagnósticos	430	49	-	479	691	-	691	1.391
Nuclear Diagnóstico	1.961	234	-	2.195	1.227	-	1.227	-
Plani Ressonância	4.333	6	-	4.339	2.550	-	2.550	690
Núcleo de Diagnóstico por Imagem	-	6	-	6	-	-	-	-
RM Lafaiete	-	1	-	1	315	-	315	401
Itaguai Diagnósticos	-	-	2.601 (b)	2.601	1.008	2.601 (b)	3.609	-
Três Rios Imagem Diagnóstico	-	-	-	-	1.570	-	1.570	-
Gold Imagem Diagnósticos	1.863	2	-	1.865	366	-	366	204
Setra Prest. Serviços Radiológicos	-	6	-	6	-	-	-	282
CDI Vitória	-	10	-	10	1.368	-	1.368	-
São Judas Tadeu	-	8	-	8	-	-	-	480
Umdi	-	19	1.251 (b)	1.270	1.735	1.251 (b)	2.986	-
Pro Imagem	-	-	-	-	1	-	1	249
Outros	364	1.410	1.280 (b)	3.054	3.295	604 (b)	3.899	1.112
Total	12.286	1.755	7.001	21.042	17.270	6.325	23.595	4.809

Passivo não circulante (Controladora)

	31/12/2015			31/12/2014	31/12/2013
	Mútuos	Outros passivos	Total	Total	Mútuos
Núcleo de Imagem Diagnósticos	-	-	-	-	(1.595)
Alto São Francisco	(1.268)	-	(1.268)	-	-
DI Imagem Unidade de Raios X	(2.477)	-	(2.477)	-	-
Plani Diagnósticos Médicos	(3)	-	(3)	-	-
Araras Medicina Diagnóstica	(1.410)	-	(1.410)	-	-
Núcleo de Diagnóstico por Imagem	(1.695)	-	(1.695)	-	-
Centro Diagnostico Claudio Ramos	(12.970)	-	(12.970)	-	-
Três Rios Imagem Diagnóstico	(224)	-	(224)	-	-
São Judas Tadeu	-	-	-	-	(480)
Umdi	-	-	-	-	(1.409)
Científica	(1.470)	-	(1.470)	-	-
Pro Ressonância	(450)	-	(450)	-	(581)
Pro Imagem	-	-	-	-	(290)
Geraldo Mol Starling Filho	- (a)	-	-	-	(121)
Rogério Aguiar Ferreira	- (a)	-	-	-	(121)
Outros	(4.585)	(3.000)	(7.585) (c)	-	(1.676)
Total	(26.552)	(3.000)	(29.552)	-	(6.273)

Custos e despesas (Controladora e Consolidado)	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
	<u>Serviços</u>	<u>Serviços</u>	<u>Serviços</u>
Pátria Investimentos	45 (d)	11.878 (d)	15 (d)
FIDI	1.531 (d)	-	-
AFIP	53.201 (d)	51.290 (d)	32.406 (d)
Total	<u>54.777</u>	<u>63.168</u>	<u>32.421</u>

(a) Geraldo Mol Starling Filho e Rogério Aguiar Ferreira não figuram como partes relacionadas da Companhia desde 2014.

(b) Outros ativos - A controladora possui saldos relativos a transferências de ativo imobilizado para as entidades adquiridas, criando assim um passivo nas controladas e um ativo na controladora no valor de R\$5.721 (mesmo saldo em 2014). Também possui saldo a receber de R\$1.280 (R\$604 em 2014) registrados na rubrica “Outras contas a receber”.

As controladas Plani Diagnósticos, Setra e Científica possuem saldos a receber referentes a transações de parcelamentos de impostos negociadas com acionistas, somando R\$2.467 (inexistente nos anos anteriores). A controlada RBD possui saldo ativo de R\$1.120 referentes a Adiantamento ao fornecedor Philips Medical Systems.

(c) Outros passivos - A controladora possui saldo a pagar aos seus acionistas de R\$3.000 registrados na rubrica “outras contas a pagar” relativo a recompra de ações.

(d) Serviços tomados - A Companhia contrata serviços de consultoria e assessoria contábil, financeira e administrativo e operacional com as controladoras Companhia e a Fundação Instituto de Pesquisa e Diagnóstico Por Imagem (FIDI). De acordo com o contrato de concessão, as transações com partes relacionadas estão sujeitas a revisão por um verificador independente que é definido pela SESAB e contratado pela RBD. O prazo de duração dos contratos vai até o final da concessão, e os reajustes são feitos com base no IPCA e nos mesmos termos do reajuste previsto no Contrato de Concessão para reajuste da contraprestação da RBD. O valor total referente a estes serviços durante o período findo em 31/12/2015 é de R\$1.531 (inexistente nos anos anteriores) e está alocado na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

A Companhia possui contrato de prestação de serviços profissionais na área de análises clínicas, abrangendo o rol de exames constantes na tabela AMB92, anatomia patológica e citologia, incluindo coleta de material orgânico, domiciliar ou em unidades externas indicadas pela empresa. Os contratos são cobrados por exame realizado, e são remunerados pela Tabela AMB92, para os exames constantes na mesma, e por tabela própria contratada, para os exames que não constam na referida tabela. A contraprestação mínima mensal é estipulada em R\$4.500, cobrada independentemente do número de exames realizados pela contratada no mês. A correção dos valores será feita anualmente pelo IPCA/IBGE acumulado dos últimos 12 meses, observando o índice de reajuste aplicado pelas operadoras de plano de saúde. Em 2015 a companhia tomou serviço de análises clínicas da Associação Fundo de Incentivo a Pesquisa (AFIP) no valor de R\$53.201 (R\$51.290 em 2014 e R\$32.406 em 2013).

A Companhia possui contrato de prestação de serviços de planejamento e assessoria financeira com o Pátria Assessoria Financeira Ltda., visando a conceituação, concepção e formatação de transações visando a aquisição de empresas que atuem no setor de medicina diagnóstica e serviços correlatos (“Empresas Alvo”), e/ou, conforme o caso, parte ou a totalidade dos ativos de tais Empresas Alvo, aliada à assinatura dos correspondentes contratos de aquisição ou eventual outro modelo contratual jurídico que seja adequado a formalizar as Transações, combinada, eventualmente, com outros contratos de prestação de serviços. O prazo de duração deste contrato é indeterminado, e em contraprestação aos serviços prestados, a contratada fará jus a uma remuneração de sucesso de 2,6% sobre o Valor da Transação (“Success Fee”) realizada. Os serviços tomados em 2015 somam R\$45 (R\$11.878 em 2014 e R\$15 em 2013).

- (e) Contratos de aluguel - No curso normal dos negócios a Companhia mantém contratos de locação de imóveis com partes relacionadas da Companhia, tais contratos seguem um padrão de contrato de locação não residencial atípico em que são garantidas as mesmas condições de contratos dessa mesma espécie firmados com terceiros, tendo como premissas (i) prazo de locação igual ou superior a 10 anos; (ii) direito da Companhia a renovatória; (iii) o respectivo locador renuncia ao direito a ação revisional e, (iv) é garantido à Companhia o direito de preferência.

Os valores dos contratos de aluguel firmados entre a Companhia e as partes relacionadas são determinados com base em preços de mercado, apurados por consultores independentes e são atualizados monetariamente com base na média dos índices IGPM, IPCA e INPC.

A despesa de aluguel com partes relacionadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, registrado no resultado, foi de R\$429 (R\$403 em 2014, R\$352 em 2013) na controladora e de R\$12.913 no consolidado (R\$3.678 em 2014, R\$2.056 em 2013). Além disso, a Companhia possui um saldo a pagar de alugueis com partes relacionadas registrado no passivo no valor de R\$1.394 (mesmo valor em 2014 e 2013).

- (f) Remuneração do pessoal-chave da Administração - O pessoal-chave da administração inclui os diretores da controladora. Os membros do Conselho da Administração e dos comitês não recebem nenhuma remuneração para exercer tais funções.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Pró-labore	3.552	2.745	2.219
INSS Sobre Pró-labore	888	686	555
Bônus	2.668	1.382	1.714
INSS Sobre Bônus	667	346	429
Benefícios indiretos (*)	127	116	66
Remuneração baseada em ações	1.160	1.013	678
Total	<u>9.062</u>	<u>6.288</u>	<u>5.661</u>

(\*) Estes benefícios referem-se ao plano de saúde e auxílio alimentação.

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

## 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Gestão do risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos financeiros detalhados nas notas explicativas nº 15, deduzidos pelo caixa e saldos bancários) e pelo patrimônio líquido do Grupo (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações não controladoras, conforme apresentado na nota explicativa nº 19, respectivamente).

O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e de suas controladas. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

### Índice de endividamento

O índice de endividamento no fim do período de relatório é o seguinte:

	Controladora		
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Dívida (a)	413.191	286.926	114.903
Caixa e equivalentes de caixa	(673)	(6.019)	(39.149)
Dívida líquida	412.518	280.907	75.754
Patrimônio líquido (b)	<u>716.077</u>	<u>735.784</u>	<u>272.681</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>57,61%</u>	<u>38,18%</u>	<u>27,78%</u>

	Consolidado		
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Dívida (a)	465.444	330.368	145.924
Caixa e equivalentes de caixa	(21.920)	(42.209)	(51.974)
Dívida líquida	443.524	288.159	93.950
Patrimônio líquido (b)	<u>733.000</u>	<u>743.319</u>	<u>279.490</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>60,51%</u>	<u>38,77%</u>	<u>33,61%</u>

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado na nota explicativa nº 15.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

*Categorias de instrumentos financeiros.*

	Controladora		
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<u>Ativos financeiros:</u>			
Empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	673	6.019	39.149
Títulos e valores mobiliários	2.763	5.094	-
Contas a receber de clientes	21.334	20.224	21.362
Depósitos judiciais	381	894	795
Partes relacionadas	21.042	23.595	4.809
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>			
Instrumento financeiro derivativo	29.320	-	-
<u>Passivos financeiros:</u>			
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:			
Fornecedores	13.577	14.396	9.726
Empréstimos e financiamentos	413.191	286.926	114.903
Contas a pagar - aquisição de empresas	33.810	45.336	8.679

	Consolidado		
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<u>Ativos financeiros:</u>			
Empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	21.920	42.209	51.974
Títulos e valores mobiliários	6.435	5.474	-
Contas a receber de clientes	155.592	120.055	87.242
Ativo financeiro	16.060	7.380	-
Depósitos judiciais	15.149	14.990	2.987
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>			
Instrumento financeiro derivativo	29.320	-	-
<u>Passivos financeiros:</u>			
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:			
Fornecedores	51.108	43.691	28.372
Empréstimos e financiamentos	465.444	330.368	145.924
Parcelamento de impostos	8.433	7.352	8.399
Contas a pagar - aquisição de empresas	33.810	46.058	54.605

Objetivos da administração dos riscos financeiros

A Administração coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros e monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações do Grupo por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez.

O Grupo busca minimizar os efeitos desses riscos ao utilizar instrumentos financeiros derivativos para exposições do risco de hedge. O Grupo não contrata nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.



Risco de mercado

Por meio de suas atividades, o Grupo fica exposto principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio (vide nota explicativa nº 15) e nas taxas de juros (vide nota explicativa nº 15). O Grupo possui instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos relacionados às taxas de câmbio incluindo:

Contratos futuros de moeda para proteger o risco de mudanças nas taxas de câmbio decorrentes da contratação de empréstimos em dólar.

Swaps de moeda para mitigar o risco de variação cambial.

Gestão do risco de taxa de câmbio

O Grupo faz algumas transações em moeda estrangeira, consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Companhia, por meio da utilização de contratos futuros de moeda.

Os valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira pertencentes ao Grupo no fim do período de relatório são apresentados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<u>Moeda estrangeira</u>						
<u>USD</u>						
Capital de giro	296.026	142.733	38.452	296.026	144.957	38.452
Leasing de máquinas e equipamentos	1.754	3.808	371	18.099	15.476	2.699
(-) Custo de captação	<u>(2.071)</u>	<u>(2.153)</u>	<u>(2.178)</u>	<u>(1.968)</u>	<u>(2.020)</u>	<u>(1.766)</u>
Total	<u>295.709</u>	<u>144.388</u>	<u>36.645</u>	<u>312.157</u>	<u>158.413</u>	<u>39.385</u>

Contratos futuros de moeda

Os contratos devem ter o objetivo de proteção com vedação à utilização para posições especulativas.

A Companhia mantém contratos de derivativo cambial, na modalidade “*non-deliverable forwards*” - NDF, junto a instituições financeiras, para fazer face às oscilações que possam ocorrer na moeda nacional, em relação a passivos já registrados na contabilidade e vinculados a moedas estrangeiras.

Os valores do principal (“*notional amount*”) destas operações não são registrados no balanço patrimonial e os resultados líquidos não realizados nestas operações são avaliados pelo valor justo e registrado na rubrica “Instrumentos financeiros ativos”, quando ocorre ganho, ou na rubrica de “Instrumentos financeiros passivos”, quando ocorre perda, em contrapartida ao resultado financeiro.

A tabela a seguir mostra detalhes dos contratos futuros de moeda em aberto no fim do período de relatório:

31/12/2015					
Banco	Data da Operação	Data de Vencimento	Dólar Futuro	Valor Nocional	Valor Justo
ABC Brasil	26/09/2014	19/09/2016	2,7836	745	110
ABC Brasil	26/09/2014	17/03/2017	2,9016	726	134
ABC Brasil	26/09/2014	13/09/2017	2,9839	707	103
ABC Brasil	26/09/2014	22/03/2016	2,7102	763	141
ABC Brasil	03/12/2014	30/05/2016	2,8611	978	200
ABC Brasil	03/12/2014	24/11/2016	2,9515	949	147
ABC Brasil	03/12/2014	23/05/2017	3,051	924	106
ABC Brasil	03/12/2014	20/11/2017	3,2053	898	69
ABC Brasil	03/12/2014	18/05/2018	3,3102	871	17
				<u>7.561</u>	<u>1.027</u>

### Contratos de swap de moeda

A Companhia contratou swaps visando se proteger do aumento da cotação do dólar, que influencia diretamente nos contratos de financiamentos. Os efeitos no resultado são reconhecidos em “receitas financeiras”, em contrapartida de “Instrumentos financeiros passivos” para o saldo de diferencial a pagar e em “Instrumentos financeiros ativos” para o saldo de diferencial a receber. As principais condições contratuais são as seguintes:

Controladora e Consolidado							
	Vencimento	Valor Nocional	Posição ativa		Posição passiva		Valor justo
		31/12/2015	Indexador	Taxa (% a.a.)	Indexador	Taxa (% a.a.)	31/12/2015
Santander	29/02/2016	50.000	USD	3,66	CDI	2,09	1.740
Santander	31/05/2016	50.000	USD	3,66	CDI	2,09	1.867
Santander	29/08/2016	50.000	USD	3,66	CDI	2,09	2.031
Santander	28/11/2016	50.000	USD	3,66	CDI	2,09	2.279
Santander	24/02/2017	50.000	USD	3,66	CDI	2,09	2.439
Santander	25/05/2017	50.000	USD	3,66	CDI	2,09	2.676
Santander	23/08/2017	50.000	USD	3,66	CDI	2,09	2.842
Santander	21/11/2017	50.000	USD	3,66	CDI	2,09	3.020
Santander	07/03/2016	50.000	USD	5,11	CDI	2,93	598
Santander	02/09/2016	50.000	USD	5,11	CDI	2,93	1.339
Santander	01/03/2017	50.000	USD	5,11	CDI	2,93	2.385
Santander	28/08/2017	50.000	USD	5,11	CDI	2,93	3.276
Santander	26/02/2018	50.000	USD	5,11	CDI	2,93	4.130
Santander	11/02/2016	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	(485)
Santander	11/05/2016	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	(528)
Santander	09/08/2016	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	(549)
Santander	07/11/2016	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	(241)
Santander	06/02/2017	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	(146)
Santander	08/05/2017	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	7
Santander	04/08/2017	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	92
Santander	03/11/2017	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	220
Santander	31/01/2018	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	329
Santander	02/05/2018	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	419
Santander	30/07/2018	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	497
Santander	29/10/2018	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	580
Itaú	08/03/2019	40.800	USD	3,44	CDI	3,50	(2.524)
		<u>930.800</u>					<u>28.293</u>

### Gestão do risco de taxa de juros

O Grupo está exposto ao risco de taxa de juros, uma vez que suas controladas e coligadas obtêm empréstimos tanto com taxas de juros prefixadas como com pós-fixadas. Esse risco é administrado pelo Grupo através da manutenção de um *mix* apropriado de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item “Gestão do risco de liquidez” desta nota explicativa.

### Análise de sensibilidade complementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade complementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia;
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

### Análise de sensibilidade de taxa

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos com encargos financeiros variáveis, tais como CDI, TJLP e Libor entre outros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com cenário mais provável (cenário base), segundo avaliação efetuada pela Administração.

Para a realização da análise de sensibilidade demonstrada no quadro a seguir, a Administração utilizou como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião do encerramento do exercício, por entender que, devido à volatilidade de mercado, o cenário provável (cenário base) seria equiparado ao de 30 de junho de 2016, para aqueles empréstimos e financiamentos atrelados a taxas pós-fixadas, consideradas para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, a Companhia estima no cenário base uma TJLP em 7,5%, o CDI em 14,14% e Libor em 2,63%. Já o “Cenário possível” contempla um aumento de 25% nas taxas em questão e o “Cenário remoto” um aumento de 50%.

	Controladora			
	Valor contábil	Cenário base	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
<u>Empréstimos Indexador:</u>				
CDI + 1,54% a 16,35%	260.956	43.070	53.838	64.605
Libor + 3,5% a 7,09%	40.722	2.092	2.615	3.138
	301.678	45.162	56.453	67.743
<u>Títulos e valores mobiliários</u>				
<u>Indexador:</u>				
93% a 98,5% CDI	2.763	391	489	587
Exposição líquida	298.915	44.771	55.964	67.156
Aumento nas despesas financeiras em relação ao cenário base	-	-	11.193	22.385

	Consolidado			
	Valor contábil	Cenário base	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
<u>Empréstimos Indexador:</u>				
CDI + 1,54% a 16,35%	275.645	44.428	55.535	66.642
Libor + 3,5% a 7,09%	57.067	3.113	3.891	4.670
TJLP + 2,5% a 6%	3.358	351	439	527
	336.070	47.892	59.865	71.839
<u>Aplicações financeiras e Títulos e valores mobiliários</u>				
<u>Indexador:</u>				
95% a 98% CDI	5.261	729	911	1.094
93% a 98,5% CDI	6.435	892	1.115	1.338
Exposição líquida	324.374	46.271	57.839	69.407
Aumento nas despesas financeiras em relação ao cenário base	-	-	11.568	23.136

### Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

Na elaboração da análise de sensibilidade para o risco da taxa de câmbio foi utilizada a cotação do dólar, disponibilizada no mercado financeiro, tendo como cenário provável o dólar cotado a R\$3,45, conforme entendimento do mercado, divulgado através do Boletim Focus de 12 de agosto de 2016. Os cenários II e III foram calculados com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco, que no caso é a cotação futura do dólar. A análise de sensibilidade levou em consideração a exposição ativa ou passiva líquida do Consolidado e da Controladora, sendo que nos casos em que a exposição é ativa, a deterioração da variável de risco, nesse caso, se refere à redução da taxa do dólar, ao passo que nos casos em que a exposição é passiva, a deterioração se refere ao aumento da taxa do dólar. O cenário base foi calculado utilizando-se o dólar de fechamento em 31 de dezembro de 2015, de R\$3,9048.

	Controladora			
	31/12/2015			
	Base	Provável	II	III
Financiamentos em moeda estrangeira	(295.709)	(261.267)	(326.584)	(391.901)
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP (ponta ativa)	212.250	187.529	234.411	281.294
Exposição ativa (passiva) líquida após derivativos	(83.459)	(73.738)	(92.173)	(110.607)
Efeito Líquido da Variação Cambial - ganho / (perda)	-	9.721	(8.714)	(27.148)

	Consolidado			
	31/12/2015			
	Base	Provável	II	III
Financiamentos em moeda estrangeira	(312.157)	(275.799)	(344.749)	(413.699)
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP (ponta ativa)	212.250	187.529	234.411	281.294
Exposição ativa (passiva) líquida após derivativos	(99.907)	(88.270)	(110.338)	(132.405)
Efeito Líquido da Variação Cambial - ganho / (perda)	-	11.637	(10.431)	(32.498)

### Gestão de risco de crédito

É avaliado em bases históricas pela Administração, estando sujeito a oscilações de mercado e da economia nacional e local. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

### Gestão do risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

### Tabelas do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos do Grupo e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações.

	Controladora			
	até 1 ano	entre 1 e 2 anos	mais de 2 anos	Total
<u>Ativo</u>				
Contas a receber	21.334	-	-	21.334
Partes relacionadas	-	21.042	-	21.042
<u>Passivo</u>				
Fornecedores	13.577	-	-	13.577
Empréstimos e financiamentos	117.584	213.424	208.419	539.427
Contas a pagar - aquisição de empresas	7.817	17.728	29.998	55.542

	Consolidado			Total
	até 1 ano	entre 1 e 2 anos	mais de 2 anos	
<u>Ativo</u>				
Contas a receber	155.592	-	-	155.592
Ativo financeiro	2.806	2.806	10.423	16.060
<u>Passivo</u>				
Fornecedores	51.108	-	-	51.108
Empréstimos e financiamentos	134.756	230.851	244.030	609.637
Outras contas a pagar	7.230	6.612	3.857	17.699
Parcelamento de impostos	1.434	1.578	12.598	15.610
Contas a pagar - aquisição de empresas	4.970	14.168	25.065	44.203

### Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de determinados ativos e passivos financeiros. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentadas nas Demonstrações Financeiras, conforme Nível 2:

	Controladora					
	31/12/2015		31/12/2014		31/12/2013	
	Valor Contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor Justo
<u>Passivos financeiros</u>						
Empréstimos e financiamentos	413.191	380.386	286.926	232.831	114.903	114.903
	Consolidado					
	31/12/2015		31/12/2014		31/12/2013	
	Valor Contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Passivos financeiros</u>						
Empréstimos e financiamentos	465.444	428.329	330.368	276.705	145.924	145.529

## 26. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro (prejuízo) líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído.

### a) Básico

Com base no CPC 41, a Companhia deve calcular o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuível a esses titulares de ações ordinárias.

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes no fim do exercício, excluindo as ações adquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Segue cálculo abaixo:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(12.767)	(4.165)	27.679
Quantidade média das ações em circulação (ações em milhares)	<u>91.850</u>	<u>56.513</u>	<u>50.151</u>
Lucro (prejuízo) por ação (em R\$) - básico	<u>(0,1390)</u>	<u>0,0737</u>	<u>0,5519</u>

### b) Diluído

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(12.767)	(4.165)	27.679
Quantidade média das ações em circulação (ações em milhares)	91.850	56.513	50.151
Efeito diluidor das opções em circulação (ações em milhares)	<u>57</u>	<u>-</u>	<u>44</u>
Média do número de ações durante os planos - Diluído	<u>91.907</u>	<u>56.513</u>	<u>50.195</u>
Lucro (prejuízo) por ação (em R\$) - diluído	<u>(0,1389)</u>	<u>0,0737</u>	<u>0,5514</u>

## 27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

As atividades desenvolvidas pela Companhia dividem-se, basicamente, nas seguintes áreas: (i) diagnóstico por imagem e métodos gráficos; (ii) medicina nuclear e citologia; (iii) anatomia patológica; e (iv) análises clínicas, utilizando-se de empresas médicas especializadas e laboratórios contratados, assim como outros serviços auxiliares de apoio diagnóstico.

A Administração da Companhia entende que as atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas, por se tratarem de prestação de serviços e processos de produção da mesma natureza, tipo de cliente, fornecedores e processo logístico semelhante, tratam-se de um único segmento de negócios, denominado Serviços Auxiliares de Apoio Diagnóstico (“SAD”). Desta forma, a Administração do Grupo considera um único segmento operacional e única entidade de reporte para análises e tomada de decisões.

## 28. COMPROMISSOS FUTUROS

Os principais compromissos firmados pela Companhia e suas controladas estão abaixo demonstrados:

Aquisição de equipamentos: a Companhia possui contrato firmado com fornecedor de equipamentos para a compra de 31 máquinas de ressonância e tomógrafos, no valor mínimo de US\$24.062 e máximo de US\$30.009. A fabricação das máquinas dependerá da solicitação prévia da Companhia e poderá ser solicitada em até 48 (quarenta e oito) meses da data de assinatura do contrato, que é 28 de novembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui adiantamentos ao fornecedor, no montante de R\$11.916, classificados como ativo imobilizado em andamento.

Contratos de alugueis: a Companhia possui contratos de aluguel de imóveis relacionados às suas unidades de atendimentos, postos de coletas e unidades administrativas. Os contratos de alugueis possuem duração entre 1 e 18 anos, e em geral sofrem correção anual com base no IGP-M.

Os montantes estimados a serem pagos para os próximos 5 anos dos alugueis contratados até 31 de dezembro de 2015 são como segue:

	Cronograma de pagamento
2016	32.093
2017	33.897
2018	35.802
2019	37.814
2020	<u>39.939</u>
Total	<u>179.545</u>

Contratos de manutenção de máquinas: no curso normal das operações, a empresa tem por prática manter contratos de manutenção de equipamentos de alta tecnologia para uso na prestação de serviços. Alguns contratos são por prazo indeterminado, não sendo, por isso, possível estabelecer o montante total de desembolsos futuros.

Os montantes estimados a serem pagos para os próximos 5 anos dos contratos de manutenção contratados até 31 de dezembro de 2015 são como segue:

	Cronograma de pagamento
2016	27.037
2017	28.556
2018	30.161
2019	31.856
2020	<u>33.647</u>
Total	<u>151.257</u>

Contratos de terceirização de análises clínicas: a Companhia possui contratos de prestação de serviços profissionais na área de análises clínicas, abrangendo o rol de exames constantes na tabela AMB92, anatomia patológica e citologia, incluindo coleta de material orgânico, domiciliar ou em unidades externas indicadas pela empresa.



Os contratos são cobrados por exame realizado, e são remunerados pela Tabela AMB92, para os exames constantes na mesma, e por tabela própria contratada, para os exames que não constam na referida tabela. A contraprestação mínima mensal é estipulada em R\$4.500, cobrada independentemente do número de exames realizados pela contratada no mês. A correção dos valores será feita anualmente pelo IPCA/IBGE acumulado dos últimos 12 meses, observando o índice de reajuste aplicado pelas operadoras de planos de saúde.

Os montantes dos contratos de terceirização contratados até 31 de dezembro de 2015 são como segue:

	<u>Cronograma de pagamento</u>
2016	54.000
2017	56.781
2018	59.705
2019	62.780
2020	<u>66.013</u>
Total	<u>299.279</u>

## 29. COBERTURA DE SEGUROS

As premissas de riscos adotados, devida à sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de seguros contratados pela Companhia e por suas controladas possuem cobertura no total de até R\$526.491 (R\$504.808 em 2014, e R\$281.756 em 2013) e contemplam riscos diversos relativos a edificações, instalações, equipamentos, veículos e responsabilidade civil em geral. A vigência destas apólices de seguro é até 12 de dezembro de 2016.

A Companhia pagou prêmio de seguro no montante total de R\$543 (R\$611 em 2014 e R\$325 em 2013).

### Seguro Directors & Officers (D&O)

A Companhia contratou, para ela e suas controladas, a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 24 de abril de 2017 e cobertura no montante de R\$15.000, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

## 30. PLANO DE REMUNERAÇÃO DE OPÇÃO DE AÇÕES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2013, os acionistas aprovaram um plano de remuneração de opção de ações e, em reunião realizada em 31 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração, aprovou o Primeiro e Segundo Programa de Compra de Ações (“Programas”), estabelecendo os beneficiários, a quantidade de ações e o preço de exercício. Os Programas, em conjunto, poderão outorgar opções relacionadas ao

recebimento, pelos participantes, de ações representativas de, no máximo, 5% do capital social total e votante da Companhia.

O preço de exercício de cada opção do Primeiro Programa é de R\$7,312 e do Segundo Programa é de R\$11,32 (atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA da data da outorga até a data do efetivo exercício da opção pelo participante).

As opções outorgadas podem ser exercidas, total ou parcialmente, desde que observados os prazos de carência e os demais termos e condições previstos nos respectivos contratos de opção. O plano de remuneração de opção de ações será em dois programas, sendo 287 mil ações no primeiro e 238 mil ações no segundo.

Em 31 de dezembro de 2013, foram outorgadas e reconhecidas despesas com opções de R\$1.500.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de março de 2014, os acionistas aprovaram um complemento do primeiro plano “Programa I plus” ao preço de exercício de R\$7,06 correspondendo a 54.669 mil ações. Em 3 de julho de 2014, os acionistas aprovaram uma nova outorga “Programa III” com o preço de exercício de R\$11,86 correspondendo a 155.924 mil ações. Em 29 de abril de 2015, os acionistas aprovaram o plano “Programa IV” com o preço de exercício de R\$16,52, correspondente a 234.087 mil ações.

As opções do “Programa I plus” e “Programa III” tem o prazo necessário ao seu exercício de “vesting” de 3,4 anos e o “Programa IV” com 4,0 anos.

Os Programas, em conjunto, poderão outorgar opções relacionadas ao recebimento, pelos participantes, de ações representativas de, no máximo, 5% do capital social total e votante da Companhia.

As opções outorgadas podem ser exercidas, total ou parcialmente, desde que observados os prazos de carência e os demais termos e condições previstos nos respectivos contratos de opção.

A Companhia registra a remuneração dos colaboradores baseada em ações nas demonstrações financeiras com base no seu valor justo. O valor justo do programa foi estimado com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes, segue abaixo as principais características do plano:

	Programa I	Programa II	Programa I Plus	Programa III	Programa IV
Taxa livre de risco	12,41%	12,41%	12,33%	11,54%	12,60%
Duração do exercício em anos	3,04	3,04	2,81	2,53	4,00
Volatilidade	21,45%	21,45%	21,99%	23,59%	24,74%
Valor justo da opção na data de outorga por ação (em R\$)	R\$10,25	R\$7,03	R\$10,44	R\$5,89	R\$4,20
Valor de exercício (em R\$)	R\$7,06	R\$11,86	R\$6,52	R\$12,54	R\$16,52
Quantidade de opções	232.335	238.306	54.669	155.924	234.087

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o custo de remuneração reconhecido, foi de R\$1.160 (R\$250 em 2014).

Em 31 de dezembro de 2015, caso todas as opções atualmente outorgadas fossem exercidas, a Companhia emitiria 915.321 mil ações, o que representaria uma diluição de 1,00% em relação ao total de ações da Companhia de 91.735.156 milhões.

### 31. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### Combinação de negócios

Os ativos e passivos adquiridos reconhecidos na data de aquisição podem ser assim demonstrados:

	<u>10/03/2016</u>
<i>Ativos</i>	
Caixa e equivalentes de caixa	902
Aplicações financeiras	9.435
Contas a receber	28.127
Estoques	680
Impostos a recuperar	3.547
Partes relacionadas	2.625
Outras contas a receber	7.558
Depósitos judiciais	7.811
Impostos diferidos	4.427
Investimentos	1.875
Imobilizado	52.524
Intangível	21.346
	<u>140.857</u>
<i>Passivos</i>	
Fornecedores	5.722
Empréstimos e financiamentos	28.941
Debêntures	36.103
Salários e encargos	6.010
Obrigações tributárias	8.878
Imposto diferido	11.546
Parcelamentos	1.464
Partes relacionadas	474
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	24.608
Outras obrigações	3.934
	<u>127.680</u>
 Ativos líquidos adquiridos	 <u><u>13.177</u></u>

Na referida combinação de negócios foi apurado ágio, como segue:

Descrição	R\$
Contrapartida transferida em caixa e ações	168.786
Contrapartida a transferir (a)	9.412
Assunção de dívida	6.105
Total das contraprestações	184.303
Mais: Participação de não controladores na adquirida	11.564
Menos: Valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	(13.177)
Saldo de ágio reconhecido no intangível	182.690

(a) As contraprestações a transferir referem-se à valores a pagar a prazo.

A Companhia contratou especialistas de mercado para poderem proceder com a avaliação e mensuração dos ativos e passivos assumidos a valores justos, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de negócios. A administração da Companhia até a data destas informações intermediárias ainda não havia concluído a revisão da mensuração efetuada pelos especialistas contratados. Segundo o CPC 15, o período de mensuração é o que se segue à data da aquisição, durante o qual o adquirente pode ajustar os valores reconhecidos por uma combinação de negócios. Desta forma, a Companhia procedeu com o registro dos valores provisórios dos saldos apurados na combinação de negócios, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12 - Intangível, que de acordo com as alocações iniciais identificadas pelos especialistas, foram divididos entre: ágio (*goodwill*), marcas e contratos.

#### Contratação de empréstimos e financiamentos

A controlada T.K.S. Sistemas Hospitalares e Consultórios Médicos Ltda. contratou, no dia 18 de fevereiro de 2016, um empréstimo concedido pelo Banco Santander, no valor total de US\$ 25.177, sendo o valor do principal em reais equivalente a R\$101.210. O contrato de *swap* apresenta taxa de juros pré fixada em CDI, acrescida de 4,43% a.a. sendo o vencimento em 06 de fevereiro de 2019.

#### Descumprimento de cláusula contratual

De acordo com o contrato de empréstimo entre o International Finance Corporation ("IFC") e a Companhia datado de 02 de maio de 2013 a Companhia não cumpriu os requisitos da cláusula 6.01(o) relativos a índices financeiros. Esta cláusula exige que a Companhia e suas controladas mantenham em todos os momentos as seguintes proporções em base consolidada, a ser calculado sobre uma base pro forma: (i) índice de liquidez corrente (ativo circulante / passivo circulante) não inferior a 1,1; (ii) a dívida total sobre EBITDA não superior a 3,0; e (iii) um Historic Debt Service Coverage Ratio de pelo menos 1,3.

Embora em 31 de março de 2016 e 30 de junho de 2016 a Companhia não cumpriu o índice de liquidez corrente (conforme item i acima), de acordo com a cláusula 7.02 do contrato de empréstimo com o IFC, não houve um Event of Default até a data de publicação desse balanço. Para um Event of Default ocorrer, o IFC deve (1) enviar uma notificação à Companhia comunicando o descumprimento e (2) esperar a caducidade de 30 dias após essa notificação. Esses dois eventos não ocorreram até a data de publicação desse balanço. A cláusula 7.01 afirma claramente que a dívida só se torna vencida no momento em que ocorre um Event of Default. O controlador da Companhia se compromete a restabelecer o

parâmetro previsto no contrato dentro do período previsto na cláusula na 7.02 (c). O valor total da dívida em 30 de junho de 2016 com o IFC é de R\$127.887, dos quais R\$93.565 são exigíveis a longo prazo.

#### Plano de remuneração de opção de ações

Em 26 de agosto de 2016, a Companhia decidiu cancelar e extinguir o plano de opções de compra de ações aprovado em AGE de 20 de dezembro de 2013 (“Plano de Opção”), e a extinção de todas as opções outorgadas no âmbito do referido plano e dos respectivos programas aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, mediante o distrato dos contratos vigentes nos termos, sem que haja, portanto, qualquer emissão de ações no presente ou no futuro aos detentores das referidas opções decorrentes do Plano de Opção Atual. Para o cancelamento, a Companhia estipulou um bônus a pagar aos participantes do Plano de Opção Atual no montante de aproximadamente R\$11.000, o qual está de acordo com o valor justo apurado por empresa independente.

Adicionalmente, na AGE de 26 de agosto de 2016 foi aprovado um plano de incentivo de longo prazo com ações restritas destinado aos prestadores de serviços médicos da Companhia, nos termos apresentados pelo Conselho da Administração. Está previsto que a definição da quantidade de ações e beneficiados serão definidos até 31 de dezembro de 2016.

#### Contratos de assessoria

Em 25 de agosto de 2016, a Companhia rescindiu o contrato de prestação de serviços de planejamento e assessoria financeira com o Pátria Assessoria Financeira Ltda.

#### Oferta Pública de ações

No dia 26 de agosto de 2016, foi aprovada através de Assembleia Geral Extraordinária a oferta primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto no estatuto da social da companhia. A oferta consistirá na distribuição pública primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, observado o disposto na Instrução CVM 400.

Em decorrência da oferta a companhia aprovou por meio de ata de assembleia o aumento do capital social no montante de R\$ 279.069.780,00 mediante a emissão de 13.953.489 ações ordinárias, cada uma no valor de R\$20,00 (vinte reais), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, que serão objeto da oferta.

Em Setembro de 2016 a Companhia provisionou um custo estimado com o gasto da oferta pública de ações, no valor de R\$10.363, tendo como contrapartida outros ativos circulantes.

#### Bônus Subscrição - IFC

Em março de 2013, a Companhia obteve captação de financiamento junto à IFC International Finance Corporation (EUA), sendo emitida para esse contrato bônus de subscrição em favor da IFC.

Em face à oferta pública de distribuição primária de ações, a Companhia emitiu a Comunicação de Evento de Conversão dos bônus de subscrição junto ao IFC. Com isso, a IFC tem o direito de subscrever, e a Companhia tem a obrigação de emitir, a quantidade de ações ordinárias e/ou preferenciais, nominativas e sem valor nominal da Companhia, com

direitos idênticos aos direitos das ações ordinárias e/ou preferenciais existentes na Data de Subscrição.

A Companhia e o IFC estão negociando o total de 3.205.350 ações, mediante conversão da dívida de R\$31.868 em integralização de capital.

#### Recompra de ações

A companhia aprovou em 24 de novembro de 2016 a recompra de ações, pelo qual poderão ser adquiridas até 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de sua própria emissão.

O Programa de Recompra de Ações tem como objetivo a aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria e posterior alienação, a aquisição das ações será realizada no prazo de até 18 (dezoito) meses, com início em 23 de novembro de 2016 e término em 22 de maio de 2018, cabendo aos membros da Diretoria da Companhia definir o melhor momento para realizar a aquisição das ações. A aquisição de ações no contexto do Programa de Recompra ocorrerá mediante aplicação de recursos disponíveis oriundos da conta "Reserva de Capital" da Companhia. Até a data de divulgação das informações financeiras intermediárias a Companhia adquiriu a quantidade de 65 mil ações, pelo valor de R\$1.067.

#### Aquisição de nova unidade

No dia 25 de novembro de 2016 a controlada da Companhia, Di Imagem Centro de Diagnóstico Integrado por Imagem Ltda., celebrou instrumento particular de compra e venda adquirindo 80% do capital social da Multilab Laboratório de Análises Clínicas Ltda. ("Multilab") como parte de sua estratégia de crescimento e consolidação de suas vantagens competitivas.

A aquisição da Multilab é parte da estratégia de expansão via aquisições adotada pela Companhia, e permitirá acelerar o início da oferta de análises clínicas nas unidades Alliar localizadas no estado do Mato Grosso do Sul.

O preço de aquisição da Multilab foi de R\$6.144, sendo que o pagamento será realizado como segue:

- Uma parcela à vista, no valor de R\$3.072;
- Quatro parcelas anuais, a contar da data do primeiro aniversário do contrato, sendo as duas primeiras de R\$768, cada, e as duas restantes de R\$ 384, cada;
- Uma parcela retida no valor de R\$768.

A administração da Companhia até a data destas informações intermediárias ainda não havia concluído a revisão da mensuração da avaliação e mensuração dos ativos e passivos assumidos a valores justos, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de negócios.

32. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVERAM CAIXA

A Companhia realizou transação que não gerou efeitos de caixa e que, portanto, não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Adições de ativos através de financiamentos	14.053	9.792
Reconhecimento de passivo relativo a recompra de ações	3.000	-

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Adições de ativos através de financiamentos	16.814	1.685
Reconhecimento de passivo relativo a recompra de ações	3.000	-

33. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela diretoria para divulgação em 2 de dezembro de 2016.